

# ACORDO DE ALVOR

## MARCO DA DESCOLONIZAÇÃO & CAMINHO PARA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA



**EUFRÁZIO DOS SANTOS &  
OLGA ANNIE NANIZEYI DOS SANTOS**



Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA

# ACORDO DE ALVOR

## MARCO DA DESCOLONIZAÇÃO & CAMINHO PARA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA



**EUFRÁZIO DOS SANTOS &  
OLGA ANNIE NANIZEYI DOS SANTOS**



Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA

## Conselho Editorial

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

### Projeto Gráfico, editoração, capa

Editora Acadêmica Periodicojs

### Idioma

Português

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A185 Acordo de alvor: marco da descolonização e caminho para a independência de Angola. / Eufrázio dos Santos, Olga Annie Nanizeyi– João Pessoa: Periodicojs editora, 2025.

E-book: il. color.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-186-9

1. História. 2. Descolonização. I. Santos, Eufrázio dos. II. Nanizeyi, Olga Annie. III. Título

CDD 901

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. História: 901



Filipe Lins dos Santos  
**Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil

website: [www.periodicojs.com.br](http://www.periodicojs.com.br)

instagram: [@periodicojs](https://www.instagram.com/periodicojs)

# Prefácio



É com grande satisfação e profundo respeito que apresento este prefácio ao livro *Acordo de Alvor: Marco da Descolonização e Caminho para a Independência de Angola*, da autoria dos colegas Eufrázio dos Santos e Olga Annie Nanizeyi dos Santos, com quem tenho o privilégio de partilhar o espaço académico na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda.

O professor Eufrázio dos Santos, com quem também partilhei momentos marcantes enquanto colegas no Mestrado em Ensino de História de África e de Angola no ISCED-Luanda, tem-se afirmado como um dos investigadores mais comprometidos com o estudo crítico do passado recente de Angola, combinando rigor académico com uma perspectiva pedagógica enraizada. Ao lado da investigadora Olga Annie Nanizeyi dos Santos, igualmente dedicada ao estudo da história contemporânea angolana, esta obra representa um contributo sério e valioso para a compreensão do processo de descolonização do nosso país.

Desta vez, porém, este prefaciador se põe na posição privilegiada de quem tem o privilégio da leitura

antecipada para partilhar a alegria do encontrado, do sentido revelado, do conhecimento redescoberto sob nova luz. Achei! Descobri! Encontrei! Esta obra, que agora chega ao leitor, foi para mim um verdadeiro mergulho no turbilhão de uma história tensa, profunda e decisiva: o Acordo de Alvor e o conturbado processo de descolonização angolana.

O que me proponho a seguir é um percurso entre observações da mente, impressões dos sentidos e inquietações do espírito que acumulei ao longo da leitura destas páginas, que terei de visitar como quem volta a uma nascente para beber de sua água fresca e se banhar mais uma vez nas suas verdades. Esta obra não repete o já dito, nem se contenta com os atalhos das interpretações fáceis. Vai além da narrativa factual e propõe uma leitura crítica, séria e complexa do processo de transição para a independência, expondo as ambiguidades e contradições de um momento marcante da história de Angola.

Não tive a impressão de que este livro simplesmente “revisita” o Acordo de Alvor. Ele o interroga. Reposiciona-se em relação àquele marco histórico não como quem revive o passado, mas como quem o problematiza com os pés fincados no presente e os olhos postos no futuro. Não há aqui um sujeito a visitar um objecto, mas uma simbiose intelectual que rompe com essa clássica dualidade. A cada capítulo, somos levados a repensar categorias e conceitos historicamente sedimentados, e a reconstruí-los à luz de um pensamento plural e aberto.

A segunda sensação, talvez a mais marcante para mim enquanto colega de ambos os autores na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, é perceber que esta produção nasce de um exercício genuinamente académico e comprometido com a construção colectiva do saber. As análises são rigorosas, mas não mecânicas. São reflexões que emergem do chão da prática educativa, do diálogo com as fontes e com os marcos teóricos, do cruzamento entre o ensino, a investigação e a vivência institucional. Nesta obra os autores, aqui mostram-se não apenas como estudiosos, mas como intelectuais orgânicos, atentos à complexidade da história que nos formou e ainda nos desafia.

Neste sentido, o livro recusa-se a ser apenas mais uma descrição cronológica dos eventos de 1974 e 1975. Ele propõe uma desconstrução das versões simplificadas da história, dando lugar a análises que interligam as dimensões políticas, sociais, ideológicas e internacionais do processo que levou Angola da condição de colónia à sua independência.

Nesta investigação, os autores exploram o Acordo de Alvor não apenas como um episódio político, mas como um marco complexo que evidencia as tensões estruturais e as contradições que marcaram o processo de independência. A análise cuidadosa do contexto histórico, das relações entre os movimentos de libertação — MPLA, FNLA e UNITA — e das dinâmicas nacionais e internacionais oferece ao

leitor um olhar crítico e fundamentado sobre o fracasso do Governo de Transição e a proclamação unilateral da independência por parte do MPLA. Os capítulos combinam investigação documental e reflexão teórica, permitindo ao leitor não apenas compreender o que aconteceu, mas interrogar por que e como aconteceu.

Este livro é, assim, fruto de um trabalho académico sério, comprometido e necessário, que dialoga com fontes diversas — primárias e secundárias — e interpreta com profundidade os eventos de um dos períodos mais decisivos da história de Angola. Enquanto colega destes dois autores na Faculdade de Serviço Social da Universidade de Luanda, sinto-me particularmente honrado em testemunhar e partilhar o crescimento intelectual e a notável contribuição científica que Eufrázio dos Santos e Olga Annie Nanizeyi dos Santos têm prestado ao campo da História, das Ciências Sociais e da memória política nacional.

Por fim, esta obra não nos oferece respostas definitivas, mas convites a novas perguntas, novos olhares, novas pesquisas. É nesse gesto que reside sua maior contribuição: na abertura de horizontes. Que este livro inspire outros mergulhos, outros olhares críticos e honestos sobre a história da nossa independência, e que continue a provocar o pensamento de quem, como nós, se dedica a compreender e transformar a sociedade a partir do conhecimento.

Que esta obra possa alcançar leitores atentos —

estudantes, professores, investigadores, cidadãos—e motivar novas investigações sobre o processo de descolonização angolana. Mais do que um regresso ao passado, este livro é um apelo à consciência crítica, ao diálogo interdisciplinar e à valorização da memória histórica como instrumento de construção democrática e cidadã. Que estas páginas inspirem não só revisões historiográficas, mas também posturas éticas frente ao legado da nossa independência e às suas permanências no presente.

**Professor Doutor João Manuel Correia Filho**

Professor Auxiliar da Faculdade de Serviço Social –

Universidade de Luanda

Luanda, 27 de Junho de 2025

# Apresentação



Este livro compreende o Acordo de Alvor como um marco crucial no processo de descolonização de Angola, considerando-o não apenas como um acto diplomático, mas como o ponto de inflexão que evidenciou tanto os avanços quanto as limitações do caminho para a independência. A obra examina o contexto histórico que levou à necessidade de negociação entre Portugal e os três movimentos de libertação — MPLA, FNLA e UNITA — após a Revolução dos Cravos em Portugal, e destaca como a conjuntura política portuguesa e as pressões internacionais aceleraram o fim da presença colonial, sem assegurar uma transição pacífica.

Os capítulos iniciais são dedicados à contextualização histórica e ao surgimento dos principais movimentos de libertação nacional, enfatizando as suas motivações ideológicas, bases étnicas e disputas internas. A obra mostra que, desde os primeiros encontros em Mombaça até à assinatura do Acordo de Alvor, os líderes desses movimentos estavam menos comprometidos com uma visão comum de Estado do que com a conquista individual do poder. A assinatura do acordo foi, portanto,

mais um acto estratégico do que um compromisso sincero com um projecto político unificado.

Ao abordar o conteúdo do Acordo de Alvor, a investigação revela suas intenções ambiciosas — cessar-fogo, governo de transição, eleições — e suas fragilidades estruturais. A obra mostra como, em pouco tempo, o governo colapsou diante de disputas armadas, e como a Cimeira de Nakuru falhou em restaurar qualquer estabilidade. O resultado foi a escalada do conflito e a eclosão de uma guerra generalizada.

A proclamação unilateral da independência por parte do MPLA, em 11 de novembro de 1975, é analisada como um desfecho inevitável de um processo de transição mal conduzido, em que a diplomacia foi rapidamente suplantada pela força militar e pelas alianças internacionais. O livro demonstra como a ausência de mediação internacional efetiva — nomeadamente por parte da ONU e da OUA — permitiu a internacionalização do conflito, com potências estrangeiras a apoiar diferentes facções, alimentando uma guerra civil que marcou profundamente o início da história independente de Angola.

Por fim, a obra conclui que o Acordo de Alvor, apesar do seu simbolismo histórico, falhou em constituir uma base sólida para a independência angolana. A construção do Estado angolano foi feita num cenário de exclusão, violência e fragmentação, cuja herança ainda marca o país. Este estudo não visa esgotar o tema, mas contribuir

para o debate historiográfico sobre o fim do colonialismo português em África, e incentivar novas investigações que abordem o processo de descolonização de Angola com maior profundidade, pluralidade de fontes e enfoque crítico

# Sumário



## INTRODUÇÃO

14

### **Capítulo 1**

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E SURGIMENTO DOS  
MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

18

### **Capítulo 2**

PRINCIPAIS ENCONTROS E NEGOCIAÇÕES QUE  
ANTECEDERAM O ACORDO DE ALVOR E SEUS  
ACTORES

47

### **Capítulo 3**

DO ACORDO DE ALVOR À PROCLAMAÇÃO  
DA INDEPENDÊNCIA: RUPTURA, CONFLITO E  
AFIRMAÇÃO DO MPLA

65

## **Considerações finais**

106

## **Referências bibliográficas**

111

# INTRODUÇÃO

---

ACCORDO DE ALVOR

O presente livro intitulado “Acordo de Alvor: Marco da Descolonização e Caminho para a Independência de Angola” propõe-se a analisar, de forma crítica e fundamentada, o processo que conduziu à assinatura do Acordo de Alvor e a sua relevância no percurso que levou Angola da condição de colônia portuguesa à independência, proclamada a 11 de novembro de 1975. Trata-se de um marco decisivo na história política contemporânea de Angola, cujas consequências imediatas e estruturais marcaram profundamente o início da construção do Estado angolano e o início de um longo período de instabilidade.

O Acordo de Alvor, assinado em 15 de janeiro de 1975, entre o governo português e os três principais movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA), visava criar um governo de transição conjunto, assegurar um cessar-fogo, organizar eleições e preparar o caminho para a independência nacional. No entanto, a frágil aliança entre os movimentos, somada a interesses divergentes e interferências externas, revelou-se incapaz de sustentar a convivência política necessária, resultando no colapso do acordo e no início de uma guerra civil logo após a retirada portuguesa.

Este livro tem como objectivo central compreender o Acordo de Alvor como um marco no processo de descolonização de Angola e como etapa fundamental na trajetória rumo à independência, impulsionada pelos movimentos de libertação nacional na construção de

uma nova nação. Para isso, inicialmente, descrevem-se os antecedentes históricos e o surgimento dos movimentos de libertação nacional em Angola. Em seguida, identificam-se os principais encontros e negociações que antecederam o Acordo de Alvor, destacando os actores envolvidos e seus interesses. Por fim, examinou-se o conteúdo do Acordo de Alvor, suas cláusulas e intenções, bem como os factores que levaram à sua ruptura e os acontecimentos que culminaram na proclamação unilateral da independência por parte do MPLA.

Para tal, a obra está organizada em dois capítulos: o primeiro trata dos antecedentes históricos e surgimento dos movimentos de libertação nacional. O segundo capítulo aborda os principais encontros e negociações que antecederam o Acordo de Alvor e seus actores envolvidos. Finalmente o terceiro capítulo trata do acordo de Alvor, a ruptura do Acordo, até proclamação unilateral da independência por parte do MPLA.

Do ponto de vista metodológico, esta investigação adopta uma abordagem qualitativa, baseada nos métodos histórico-lógico, comparativo e indutivo. Recorre-se a uma variedade de fontes primárias, tais como o próprio texto do Acordo de Alvor, comunicados oficiais, declarações dos líderes políticos e documentação diplomática, bem como fontes secundárias (obras académicas, artigos científicos, monografias, testemunhos e biografias). A análise comparativa entre os diferentes movimentos nacionalistas

permite evidenciar as suas visões políticas, estratégias de luta e disputas pelo poder.

Esta obra dirige-se a todos os que se interessam pela história de Angola, pelos processos de descolonização, e pelos desafios da construção do Estado pós-colonial. Ao examinar criticamente o Acordo de Alvor, procura-se contribuir para o aprofundamento do debate historiográfico e político sobre a independência de Angola, a guerra civil subsequente e os caminhos para a reconciliação e a paz.

# Capítulo 1

---

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS E SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A luta pela independência de Angola está inserida num contexto histórico mais amplo de resistência africana contra o domínio colonial europeu, particularmente o português. Desde o século XIX, com a intensificação da exploração económica e o controle político por parte de Portugal, as populações angolanas vivenciaram diversas formas de opressão, exploração e violência. Esse cenário colonial gerou tensões profundas que se agravaram ao longo do século XX, culminando no surgimento de movimentos organizados que reivindicavam a autodeterminação e o fim do regime colonial.

Esses movimentos de libertação nacional não surgiram de forma espontânea, mas foram resultado de um processo histórico alimentado por diversos factores, como o avanço da consciência nacionalista, a influência dos ventos de mudança trazidos pelas independências em outros países africanos e o fortalecimento das redes políticas e ideológicas internas. Assim, este capítulo tem como objectivo descrever os antecedentes históricos e o surgimento dos movimentos de libertação nacional em Angola, analisando o contexto que tornou possível o início da luta armada pela independência.

## **A Formação e Evolução dos Movimentos de Libertação Nacional em Angola**

A luta pela independência de Angola consolidou-se através de organizações políticas e militares conhecidas

como Movimentos de Libertação Nacional, que surgiram como resposta à dominação colonial portuguesa. Estas organizações assumiram um papel decisivo na mobilização das populações, na articulação de discursos anticoloniais e na condução de ações armadas com o objectivo de pôr fim ao domínio imperial. A emergência desses movimentos não foi um fenómeno isolado, mas sim parte integrante de um processo continental mais amplo, marcado por uma intensa luta por autodeterminação e soberania nos territórios africanos sob domínio europeu.

Os Movimentos de Libertação Nacional caracterizam-se por representarem populações submetidas a um poder considerado ilegítimo, geralmente de natureza colonial. Em termos gerais, essas organizações surgem a partir de uma rejeição comum à autoridade colonial e, com frequência, constroem discursos políticos de matriz revolucionária que buscam mobilizar o povo, angariar reconhecimento internacional e obter apoio material e diplomático de países e blocos simpatizantes da causa anticolonial. Apesar dessas características comuns, os Movimentos de Libertação Nacional também apresentam diferenças marcantes nos seus objectivos estratégicos, métodos de luta e trajetórias históricas (Boniface, 2011).

Durante o processo de descolonização de Angola, esses movimentos foram essenciais para desestabilizar o poder colonial e forçar o início de negociações com o Estado português. Utilizaram amplamente a estratégia da

guerrilha, combinada com ações de propaganda e persuasão política junto das populações locais. Também receberam apoio de países africanos e de potências internacionais interessadas na redefinição geopolítica da África. De acordo com Filomena e Chéron (2008), é possível traçar sete fases históricas da luta nacionalista angolana, desde o período pré-colonial, passando pela ocupação e resistência, até à guerra civil pós-independência.

Apesar de sua importância, os Movimentos de Libertação Nacional em Angola enfrentaram sérias limitações internas. Wheeler e Pélissier (2011) observam que entre 1961 e 1970, os principais movimentos não conseguiram se destacar pela sua coesão, organização ou eficácia militar. A ausência de uma frente unificada entre as várias organizações nacionalistas foi uma constante durante a guerra contra Portugal. Em muitas ocasiões, os diferentes movimentos entraram em confronto entre si, comprometendo a credibilidade e a consistência da luta pela independência. Ainda assim, essa luta contribuiu significativamente para precipitar o declínio do império português.

Factores externos foram igualmente relevantes na consolidação dos Movimentos de Libertação Nacional. O V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester em 1945, promoveu a articulação de líderes e ativistas das colônias africanas e denunciou os abusos do colonialismo em fóruns internacionais. A criação da Organização das Nações

Unidas também serviu como palco para o fortalecimento das reivindicações anticoloniais, contribuindo para legitimar os movimentos perante a comunidade internacional (Souza et al., 2011).

Em território português, exilados das colónias africanas iniciaram actividades políticas clandestinas, organizando-se em associações como a Casa dos Estudantes do Império e o Clube Marítimo Africano. Muitos desses militantes procuraram contato com organizações comunistas, como o Partido Comunista Português, mesmo sob intensa repressão da PIDE (Wheeler & Pélissier, 2011). Essas actividades contribuíram para formar uma elite nacionalista politicamente engajada, que mais tarde teria papel central na condução dos processos revolucionários.

Antes de 1961, os Movimentos de Libertação Nacional ainda não estavam suficientemente preparados, nem militarmente nem politicamente, para empreender uma luta eficaz contra o domínio português. As principais correntes identificadas eram os nacionalistas de matriz marxista, geralmente urbanos e influenciados por ideologias modernas, e os etnonacionalistas, que se baseavam em estruturas tribais consolidadas, como no antigo Reino do Congo (Wheeler & Pélissier, 2011).

Diversos movimentos surgiram ao longo das décadas de 1950 e 1960, muitos dos quais evoluíram, se fundiram ou se dividiram ao longo do tempo. Entre os mais relevantes destaca-se a União das Populações do Norte de

Angola (UPNA), fundada em 1954, que se transformou na União das Populações de Angola (UPA) em 1958. Este movimento daria origem, em 1962, à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), resultado da fusão entre o Partido Democrático Angolano e a UPA, sob a liderança de Holden Roberto. A FNLA teve importante apoio externo, especialmente da República Democrática do Congo (Souza et al., 2011).

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi fundado em 1956, a partir da união de diversos grupos, incluindo o Partido da Luta dos Africanos de Angola e o Movimento para a Independência Nacional de Angola. Com orientação marxista, o MPLA estabeleceu uma forte presença política em Luanda e contou com apoio internacional de países como Cuba e União Soviética. Já a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) surgiu em 1966 como dissidência da FNLA, liderada por Jonas Savimbi. A UNITA teve seus quadros treinados pela China e desenvolveu sua base de apoio principalmente entre os ovimbundos, no centro-sul do país (Souza et al., 2011).

Esses três movimentos – FNLA, MPLA e UNITA – desempenharam papéis centrais na luta contra o colonialismo e, posteriormente, nas disputas pelo poder após a independência. Apesar de suas origens comuns na luta pela autodeterminação, as suas divergências ideológicas e estratégicas levaram o país a mergulhar numa prolongada

guerra civil, que só viria a terminar em 2002.

## **A Formação e Consolidação da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA)**

A Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) tem as suas raízes na década de 1940, influenciada pelas ideias messiânicas e regionalistas de Simão Toco. Esse movimento espiritual liderado por Toco inspirou várias comunidades do norte de Angola, que passaram a articular formas de resistência contra o domínio colonial. Em 1954, foi criada a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), na cidade portuária de Matadi, na atual República Democrática do Congo. A UPNA apoiava a candidatura de Holden Roberto à liderança do antigo Reino do Congo. Após o fracasso dessa investidura, a organização radicalizou a sua atuação política.

No contexto da luta anticolonial africana, Holden Roberto participou em 1958 no Congresso dos Povos Africanos em Acra, onde se aproximou do pan-africanismo por influência de líderes como Kwame Nkrumah e Patrice Lumumba. Ao regressar, Holden Roberto decidiu dar um carácter nacional ao movimento, transformando a UPNA na União das Populações de Angola (UPA), fundada oficialmente em 28 de novembro de 1958 em Leopoldville (Chéron & Filomena, 2008). A UPA foi organizada por um grupo de nacionalistas angolanos, entre os quais se

destacavam Manuel Barros S. Nekaka, John Eduardo Pinnock, André do Rosário Neto, Borrvalho Lulendo e Cónego Manuel Mendes das Neves. A sua principal missão era a libertação integral de Angola do domínio colonial português.

Em 1961, a UPA deu início à luta armada no norte de Angola, acção que lhe garantiu apoio de vários países africanos e dos Estados Unidos. Apesar desse apoio, a organização ainda apresentava limitações quanto à sua representatividade nacional. Com o objectivo de consolidar uma estrutura política e militar mais ampla, a UPA fundiu-se ao Partido Democrático de Angola (PDA) em 27 de março de 1962, dando origem à FNLA. Poucos dias depois, a 5 de abril de 1962, foi instituído o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), com sede em Kinshasa, tendo Álvaro Holden Roberto como primeiro-ministro e Emanuel Kunzika como vice-presidente.

O GRAE assumiu um papel diplomático fundamental, servindo como estrutura de liderança da FNLA nos campos político, militar e internacional. A sua principal missão era impulsionar a luta pela independência e mobilizar apoio externo. A FNLA defendia a criação de um Estado de Direito democrático, baseado na liberdade religiosa e sindical, reforma agrária, economia de mercado e realização de eleições livres e justas, propondo uma Angola pluralista e moderna (Souza & Ramos, 2011).

A FNLA contava com o Exército de Libertação

Nacional de Angola (ELNA) como braço armado, e beneficiava do apoio do presidente Mobutu do Zaire, bem como de países como Israel e os Estados Unidos. A ligação ideológica de Holden Roberto ao bloco ocidental garantiu-lhe acesso a recursos financeiros e armamento, além de formação militar para seus combatentes (Wheeler & Pélissier, 2011). No entanto, diversos factores limitaram o impacto da FNLA. Entre eles destacam-se as dificuldades de articulação com a população civil dentro do território angolano, a dependência de bases externas e um modelo de recrutamento militar pouco estruturado (Santos, 1975).

Com o tempo, essas fragilidades comprometeram a capacidade de ação da FNLA. O seu distanciamento das massas populares, a excessiva centralização em torno da figura de Holden Roberto e a escassez de resultados práticos contribuíram para a perda de influência do movimento. Ao longo da década de 1970, essa perda tornou-se irreversível, levando à marginalização da FNLA no processo político que culminaria na independência de Angola em 1975.

Conclui-se, que embora a FNLA tenha desempenhado um papel relevante na fase inicial da luta pela libertação nacional, sobretudo no campo diplomático, não conseguiu manter-se como força hegemónica. A sua dependência externa e a fragilidade das suas estruturas internas limitaram a sua eficácia, abrindo espaço para o protagonismo de outros movimentos nacionalistas, como o MPLA.

## **Estratégia Diplomática da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA)**

A Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) compreendeu desde cedo que a frente diplomática seria essencial para o reconhecimento da luta pela independência de Angola. Álvaro Holden Roberto, na qualidade de representante da UPA, marcou presença na I Conferência dos Povos Africanos em Acra, Gana, em dezembro de 1958, onde estabeleceu relações com líderes proeminentes do continente africano. Esta participação permitiu internacionalizar a causa angolana e introduzir as denúncias dos abusos cometidos pelo regime colonial português, como o trabalho forçado e a violação sistemática dos direitos humanos (Filomena & Chéron, 2008). Este evento constituiu o primeiro passo estratégico da FNLA para inserir Angola na agenda internacional como território em luta legítima pela sua autodeterminação.

A diplomacia angolana foi sendo reforçada por alianças com outras forças africanas e figuras influentes, como Frantz Fanon, que viam na causa da UPA uma extensão do movimento de libertação continental. O apoio da FLN da Argélia, assegurado por Fanon e por líderes militares como o coronel Boumedienne, permitiu o envio de combatentes angolanos para formação militar na Tunísia. Esta colaboração regional foi fundamental para o

fortalecimento da ala militar da FNLA, além de legitimar o movimento como parceiro confiável na luta anticolonial. O resultado foi o início de uma rede de solidariedade africana que começava a se formar em torno do movimento liderado por Holden Roberto.

Em 1959, Holden Roberto deslocou-se aos Estados Unidos, onde interveio na 14.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, apresentou petições e provas de repressão violenta contra o povo angolano, exigindo que Portugal cumprisse o artigo 73.º da Carta da ONU relativo à autodeterminação dos povos (Filomena & Chéron, 2008). Esta actuação diplomática colocou Angola no radar da política internacional e deu visibilidade ao nacionalismo angolano nos fóruns multilaterais.

As posições da FNLA foram fortalecidas durante a II Conferência dos Povos Africanos, em 1960, na Tunísia. O presidente Habib Bourguiba declarou apoio à luta armada, encorajando os movimentos anticoloniais a utilizarem todos os meios necessários. Holden Roberto também participou da Conferência dos Países Não Alinhados em 1961, na Iugoslávia, onde defendeu uma política de “neutralidade positiva” e obteve apoio de países que viam na FNLA um projeto nacionalista legítimo (Filomena & Chéron, 2008). A projecção da FNLA nestes espaços reforçou sua imagem como movimento diplomático ativo e estrategicamente posicionado.

A entrada em cena do Governo Revolucionário de

Angola no Exílio (GRAE), fundado em 1962, consolidou institucionalmente os esforços diplomáticos. Esta estrutura permitiu que a FNLA assumisse funções governamentais no exílio, promovendo a luta em diversas frentes e obtendo reconhecimento oficial de países africanos como o Congo-Leopoldville, que o reconheceu formalmente em 1963. O desfile das tropas do GRAE nas comemorações da independência do Congo marcou simbolicamente o fortalecimento da presença política e militar da FNLA na região. Esta visibilidade contribuiu para a aceitação da FNLA como principal representante da causa angolana junto à Organização da Unidade Africana (OUA).

As articulações diplomáticas não se limitaram ao continente africano. Em Washington, a FNLA conseguiu atrair o apoio dos Estados Unidos, graças à postura pró-ocidental de Holden Roberto. Através da CIA, a FNLA recebeu financiamento e apoio logístico, integrando o Fundo de Libertação de África. No Cairo, durante a Cimeira dos Países Não Alinhados em 1964, Holden Roberto reforçou as denúncias contra o colonialismo português e angariou solidariedade de figuras como Yasser Arafat (Filomena & Chéron, 2008). Esta atuação expandiu a influência diplomática da FNLA para além do contexto africano.

Apesar do reconhecimento progressivo de mais de trinta países até o final de 1965, a FNLA enfrentou desafios na OUA, como o reconhecimento do MPLA em pé de igualdade, após a Conferência de Dar-Es-Salam em

novembro de 1964. A ausência de Holden Roberto nessa ocasião foi interpretada como falta de articulação, o que levou à reavaliação do apoio exclusivo ao GRAE. Ainda assim, o movimento prosseguiu com o reforço de sua rede diplomática, obtendo reconhecimento de países como Argélia, Tunísia, Egito, Iraque, Nigéria, Etiópia e outros, consolidando-se como ator relevante no processo de descolonização africana.

A FNLA também estabeleceu contactos com a China, numa missão em 1973 preparada por Mobutu Sese Seko, onde obteve grande quantidade de armamento e apoio técnico. Posteriormente, em 1974, a FNLA visitou a Roménia, onde firmou protocolos de cooperação com Nicolae Ceaușescu, que desconfiava da influência soviética sobre o MPLA. Estes laços revelam a capacidade da FNLA de estabelecer múltiplas alianças, mesmo em campos ideológicos distintos, reforçando sua presença no xadrez diplomático da Guerra Fria. A combinação de apoio africano, ocidental e asiático demonstrava uma estratégia diplomática multifacetada e eficaz.

Portanto, a FNLA construiu uma rede diplomática sólida e diversificada, que fortaleceu sua luta no plano internacional. Apesar das dificuldades internas e rivalidades com outros movimentos, sua atuação na cena diplomática foi determinante para o reconhecimento da legitimidade da luta pela independência de Angola.

## **Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)**

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) emergiu a 10 de dezembro de 1956, fruto da fusão de grupos nacionalistas como o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA) e o Partido Comunista de Angola (PCA), conforme a versão oficial apresentada pelo movimento (Melo, 1988). No entanto, historiadores como Rocha (2011) argumentam que essa data foi escolhida para conferir ao MPLA precedência histórica e legitimidade interna — contrapondo-se ao surgimento da UPA em 1958 — sem, porém, apresentar provas conclusivas que sustentem sua existência antes do final de 1959.

Pesquisadores como Correia (1991) e Heimer (1980) corroboram que a formação do MPLA ocorreu a partir da convergência de várias agrupações clandestinas, consolidando-se como organização unificada apenas por volta de 1960. Ainda, estudiosos como Andrade (1997), Nunes (1998), MabekoTali (2001) e Agualusa (1996) apontam a fase pós1958 como período em que pequenos movimentos passaram a integrar o MPLA, embora o ápice de sua organização interna só tenha sido atingido após a segunda Conferência PanAfricana de 1960.

A ausência de referências ao MPLA nos documentos de 1959, como os textos de Viriato da Cruz que mencionam abusos coloniais sem citar o movimento, reforça a tese de

que o MPLA se consolidou somente no início da década de 1960. Essa disparidade nas versões evidencia uma tentativa de conferir ao MPLA uma dimensão histórica elevada, apoiada na selecção de datas simbólicas.

Oficialmente, o estatuto do MPLA reforça sua origem em 1956 e estabelece um programa inicial com metas claras: autodeterminação imediata, libertação de presos políticos, implantação de liberdades públicas, retirada das forças coloniais e convocação de um diálogo político nacional com vista à solução pacífica do colonialismo (Lara, 2008). No entanto, a formalização dessas intenções ocorreu apenas após a instalação da direção em Conacri, depois da Conferência PanAfricana de 1960. A estruturação organizacional do partido, liderada por figuras como Mário Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Hugo de Meneses e Eduardo dos Santos, foi oficializada em 1960, com a formação de um comité diretor e a divisão do trabalho em áreas específicas (Reis, 2010).

O processo de internalização do MPLA se intensificou em 1962 com a chegada de Agostinho Neto, que sucedeu Mário Andrade na presidência. As divergências entre o “grupo Neto” e o “grupo Viriato” culminaram na Conferência Nacional de dezembro de 1962, onde foi formalizada a liderança de Neto e instituído um comando políticomilitar que organizou o EPLA e a divisão do país em regiões políticomilitares (Pélissier & Wheeler, 2009).

Essas reformas institucionalizaram o carácter

marxistaleninista do MPLA como base ideológica, com orientação estadual centralizada e foco no Partido como instrumento de mobilização nacional (Lara, 2006). A cooperação internacional com países do bloco socialista, como GuinéConacri, exCongo Belga, União Soviética e Cuba, consolidou ainda mais sua dimensão revolucionária e estratégica.

A partir de meados da década de 1960, a opção estratégica do MPLA consistia na combinação de guerrilha rural (por meio do EPLA), formação política interna, e articulação internacional, reforçando sua posição como o movimento mais coeso e organizado entre os nacionalistas angolanos. Esses factores garantiram a continuidade e eventual preponderância do MPLA no cenário político e militar após a independência, em 1975.

### **Estratégia Diplomática do MPLA**

A estratégia diplomática do MPLA foi fundamental para o sucesso da luta de libertação nacional em Angola. Apesar da importância dos fatores internos, os apoios externos desempenharam um papel preponderante na definição da demonstração de forças, garantindo reconhecimento político e suporte logístico e militar.

O ponto de viragem diplomática ocorreu com a II Conferência dos Povos Africanos, realizada em Túnis, em janeiro de 1960, onde participaram Lúcio Lara, Viriato

da Cruz, Hugo de Menezes e Amílcar Cabral. Lúcio Lara apresentou o texto “Aspecto de luta contra o colonialismo português” , denunciando as prisões de 1959 e solicitando apoio internacional (Andrade, 1997). Este encontro marcou o início de uma diplomacia mais activa, com destaque para o contacto com Frantz Fanon, da Frente de Libertação da Argélia (FLN), que impulsionou os líderes do MPLA a encararem com mais realismo a via da luta armada.

Em julho do mesmo ano, Viriato da Cruz e Eduardo dos Santos integraram uma delegação que venceu à China, representando a Frente Revolucionária para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas. A viagem permitiu denunciar o regime colonial e angariar a solidariedade internacional (Andrade, 1997). Ainda em 1960, Mário de Andrade conseguiu que o presidente Sekou Touré, da Guiné Conacri, autorizasse a emissão de passaportes para nacionalistas angolanos, facilitando o exílio e a mobilização diplomática (Andrade, 1997).

A instalação do Comité Director do MPLA, em julho de 1960, em Conacri, reforçou a capacidade organizativa e diplomática do movimento. A partir dessa sede, foram produzidos documentos como a declaração ao governo português (13/06/1960) e a mensagem ao povo português (30/06/1960), denunciando o colonialismo. Em dezembro, na conferência de Londres, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Américo Boavida anunciaram que o MPLA passaria à “Ação Direta”, face à intransigência

do governo português (Andrade, 1997).

O MPLA reforçou a sua presença em fóruns internacionais, como a 1ª Conferência Afro-Asiática do Cairo (1961), onde foi criado um comité de apoio à causa angolana presidido por Kwame Nkrumah, com participação de líderes como Léopold Sédar Senghor (Lara, 2008). O movimento também distribuiu contactos com o rei Mohamed V (Marrocos) e o presidente Modibo Keita (Mali), consolidando o reconhecimento diplomático (Lara, 2008).

Em meados de 1961, uma delegação liderada por Mário de Andrade e Viriato da Cruz visitou Moscou, formalizando a cooperação com a União Soviética (Andrade, 1997). Na Conferência dos Não-Alinhados, em Belgrado, o MPLA denunciou como atrocidades coloniais, concedeu entrevistas à imprensa internacional e estreitou laços com líderes africanos, como Bourguiba (Tunísia), Ben Bella (Argélia) e Nkrumah (Gana) (Lara, 2008). Apesar da forte presença da UPA no Congo-Leopoldville, o MPLA conseguiu estabelecer-se através do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR) , apresentando uma fachada humanitária que foi bem acolhida pelo governo congolês (Rocha, 2009).

A diplomacia manteve-se activa nos anos seguintes. Em Winneba (1965), Agostinho Neto apelou à solidariedade afro-asiática, destacando a luta armada como única via (Lara, 2008). Em Havana (1966), uma conferência

presidida por Raúl Roa aprovou resoluções de apoio à unificação dos movimentos de libertação (Rocha, 2009). Em Cartum (1969), o MPLA participou numa conferência da OSPAA e do Conselho Mundial da Paz, alinhando-se com o bloco socialista.

O ano de 1970 foi marcante para a projecção internacional do MPLA. Em Roma, Agostinho Neto discursou na 2ª Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas. Em Lusaka, na Cimeira dos Não-Alinhados, falou em nome dos movimentos de libertação africanas (Lara, 2008). Em 1971, uma delegação do MPLA, chefiada por Neto, foi recebida na China por Chu-En-Lai, com visitas subsequentes à Coreia do Norte e Vietname.

Os apoios externos foram variados. A Guiné Conacri foi o primeiro país a acolher o MPLA, fornecendo produtos, logística e subsídios. A Líbia, por meio do presidente Kadhafi, concedeu 250 mil dólares a Agostinho Neto. Argélia , Gana , Zâmbia , Congo-Brazzaville , Tanzânia , Senegal , Egito , Marrocos e outros países africanos desenvolvem com treino militar, apoio logístico e bolsas de estudo (Mateus, 1999). Países socialistas como União Soviética, China, Cuba, Bulgária, Checoslováquia e Coreia do Norte garantiram formação militar, armamento e suporte financeiro (Bettencourt, 2008).

A ONU também teve papel importante, aplicando avaliações diplomáticas a Portugal e negando sua

participação em projetos de desenvolvimento (Pinto, 1999). Organizações religiosas, como o Concílio do Vaticano II e o Conselho Mundial das Igrejas, ofereceram apoio político e financeiro ao MPLA (Bittencourt, 2009; Garcia, 2003).

Em síntese, a estratégia diplomática do MPLA foi fundamental para consolidar sua legitimidade internacional e fortalecer a luta pela independência de Angola. Por meio de articulações em conferências, alianças com países africanos e socialistas, e o apoio de organizações como a ONU e o Conselho Mundial das Igrejas, o movimento conquistou reconhecimento externo, apoio logístico, militar e financeiro. Essa rede de solidariedade internacional isolou Portugal politicamente e permitiu ao MPLA reforçar sua posição como principal representante do povo angolano, contribuindo de forma decisiva para o sucesso da luta armada e a proclamação da independência em 1975.

### **União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)**

A criação da UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) foi decidida no início de 1965, em Champaix (Suíça), entre Jonas Savimbi e António da Costa Fernandes, após longas discussões sobre a necessidade urgente de dar um novo rumo à luta pela libertação do povo angolano. Nesse encontro, elaborou-se o estatuto do partido, que consagrava o princípio de que

todo dirigente da futura organização deveria assumir o compromisso inalienável de participar na guerrilha no interior do país.

Jonas Savimbi justificava a criação da UNITA pela ausência de uma organização nacionalista representativa do sul do país, enquanto os movimentos existentes actuavam maioritariamente no norte, representando apenas aquelas populações. Para Savimbi, as tribos do sul — Ovimbundu, Tchokwe, Nganguela, Nhaneca-Humbe e Herero — que constituíam metade da população angolana, permaneciam excluídas da luta contra o colonialismo por não terem representação nacionalista, defendendo, assim, a criação de um movimento próprio, étnica e politicamente representativo (Pacheco, 1997, p. 139).

Desde 1962, ainda enquanto estudante universitário na Suíça, Savimbi exercia o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE. A partir de 1963, a FNLA passou a enfrentar crescente instabilidade interna motivada por questões étnicas: de um lado, o grupo Bacongo (do qual Holden Roberto, presidente da FNLA e do GRAE, fazia parte) e, de outro, o grupo Ovimbundu (ao qual pertencia Savimbi). O conflito entre Holden e Savimbi atingiu seu ápice na cimeira dos Chefes de Estado promovida pela OUA, no Cairo, em julho de 1964, quando Savimbi renunciou ao GRAE, acusando o governo exilado da FNLA de discursos vazios e da falta de ação militar para mobilizar as massas populares na libertação de Angola (Sellström, 2008, p. 50).

Pouco depois, Savimbi criticou também o “imperialismo americano” e o tribalismo Bacongo prevalente no movimento (Sellström, 2008, p. 50).

Não vendo com bons olhos a influência soviética e o domínio ambundu no MPLA, Savimbi buscou fundar outro movimento, com apoio da Argélia, Egito e China. Em 1960, fixou-se temporariamente na Zâmbia, onde criou a organização Amigos do Manifesto Angolano (AMANGOLA), com o objectivo de angariar apoio entre os refugiados bailundos na Zâmbia e organizar uma guerrilha no leste de Angola. Em 1966, o Manifesto despertou a atenção de várias lideranças do nacionalismo angolano.

Após a ruptura com o GRAE, Savimbi apresentou a dirigentes da FNLA e do MPLA um programa para expandir a luta armada ao leste do país e fomentar a subversão no sul de Angola (Eme, 2006, p. 101), mantendo contato com a SWAPO, então movimento de libertação do Sudoeste Africano. A ideia de fundar a UNITA foi formalmente decidida em 1965, na Suíça, entre Savimbi e Fernandes, com o compromisso de participação direta na guerrilha no interior (Fernando, 2012). Para iniciar as actividades, o movimento buscou formação militar no exterior, mantendo contatos com Argélia, Tanzânia, Egito, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Hungria e União Soviética. Por meio da embaixada no Cairo, a UNITA solicitou colaboração à China, que enviou doze elementos — incluindo Savimbi — para curso militar em Nanquim.

Apoiado por militares e políticos dissidentes da FNLA/GRAE, Savimbi fundou, em janeiro de 1966, o Comitê da Unidade Revolucionária Angolana (CURA) e, em Lusaka, o Comitê Preparatório para a Acção Directa. Essa foi a base para a criação da UNITA, formalmente constituída por cerca de 60 pessoas em conferência realizada de 13 a 15 de março de 1966, na província do Moxico, localidade de Muangai. Nessa conferência, foi aprovada a constituição que afirmava que a verdadeira independência só poderia ser alcançada por meio da luta armada dentro do território angolano (Sellström, 2008, p. 51).

Inicialmente designada por “National Union for Total Independence of Angola – NUTIA”, a sigla foi posteriormente traduzida para a língua portuguesa como União Nacional para Independência Total de Angola – UNITA. Conforme Savimbi (1979, p. 22), foram aprovados documentos que orientavam a ação política da UNITA, incluindo princípios gerais, análise do território libertado, estatutos do movimento, estrutura administrativa, regiões militares, forças armadas (FALA) e sete princípios ideológicos.

Baseando-se no pensamento de Mao Tsé-Tung — devido à formação de seus quadros nas escolas militares chinesas — a UNITA estipulou sete princípios básicos: (1) fazer a guerra no contexto angolano atual; (2) priorizar o guerrilheiro; (3) unir-se ao povo do interior; (4) contar com as próprias forças; (5) mobilizar camponeses guiados por

um partido revolucionário; (6) aplicar uma ideologia válida a todas as circunstâncias; (7) formar uma frente democrática (Fernandes, 2012, p. 56).

Além disso, a UNITA incorporou valores típicos das democracias ocidentais, como a democracia baseada no voto popular através de múltiplos partidos, igualdade de todos os angolanos, liberdade e independência total, soberania baseada na vontade popular e prioridade ao campo para benefício da cidade.

A ideologia da UNITA fundamenta-se no modelo do Estado-nação, onde a população e o território nacional, com fronteiras definidas, constituem a base do exercício do poder. O Estado é personificado pelo governo e sua política, e o movimento promove símbolos e crenças identitárias em torno da pertença a uma comunidade política única. À ideologia estatal, a UNITA acrescenta a doutrina da africanidade, baseada nos valores da negritude, afirmando-se como movimento guerrilheiro de base camponesa, frequentemente simbolizado por práticas maoístas (Reis, 2010, p. 240).

Inicialmente, a UNITA seguiu uma orientação pró-maoísta, visível no discurso de Savimbi, que enfatizava a sobrevivência, interesses e resistência como fundamentos para a construção e consolidação do movimento (Idem). Para Armando Marques Guedes (2011), a UNITA valoriza a cultura e as tradições africanas, seguindo o modelo da africanidade e da negritude aplicadas por líderes como

Kenneth Kaunda e Julius Nyerere.

Jardo Muekalia (2010, p. 149) aponta que a UNITA era e continua sendo um partido ideologicamente de esquerda, embora as circunstâncias geopolíticas tenham obrigado alianças com grupos de direita, posicionando-se no espectro centro-esquerda. Em setembro de 1966, realizou-se o primeiro Congresso da UNITA, em Lusaka, onde Savimbi foi eleito presidente do Comitê Central (Sellström, 2008). Também foram registrados “18 dirigentes fundadores, entre comandantes, militares e militantes actuantes no exterior, como Jonas Malheiro Savimbi, João José Liahuca, Tony da Costa Fernandes, David Jonatão Chingunji, entre outros “(Fernando, 2012, p. 13).

Assim, criou-se o fermento que faria da UNITA o movimento nacionalista cujos líderes estiveram na guerrilha, lado a lado com os combatentes no mato, baseando-se em uma filosofia realista e mobilizadora das classes camponesas (Savimbi, 1979, p. 13). Inicialmente, a UNITA contou com elementos da FNLA dissidentes da linha política de Holden Roberto, com forte apoio na província do Huambo, região central do país, predominantemente ovimbundu, que serviu de base de recrutamento para as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA).

Organizacionalmente, a UNITA estruturou comitês locais destinados a estabelecer postos no interior (especialmente em Luso), conscientizar o povo sobre a luta anticolonial, promover alfabetização, desenvolver técnicas

agrícolas, informar sobre movimentações das tropas portuguesas e criar serviços sanitários. Em pouco tempo, e às vezes por meio de ataques seletivos contra chefes nativos e suas áreas de influência, o movimento instalou centenas de células locais compostas, habitualmente, por presidente, secretário, tesoureiro e policiais, com eventuais vice-presidentes e segundos (Eme, 2006). Em 1966, a UNITA também criou um órgão de informação e propaganda, o “Kwacha-Angola”, que veiculava notícias segundo seus interesses (Idem).

Dessa forma, a UNITA consolidou-se como um movimento nacionalista singular, cuja liderança participou diretamente da luta armada, mobilizando especialmente as classes camponesas do interior do país. A combinação de uma ideologia maoísta adaptada à realidade angolana, aliada à valorização das tradições africanas e à busca por uma identidade nacional baseada na africanidade, permitiu à UNITA afirmar-se politicamente e militarmente frente às outras forças em disputa. Essa articulação entre princípios ideológicos, organização interna e apoio popular foi determinante para a sua permanência e influência no processo de independência e nas fases posteriores da história política angolana.

## **Estratégia diplomática da UNITA**

A UNITA desenvolveu uma estratégia diplomática

marcada pelo realismo político, em um contexto de profundas transformações na ordem internacional. Foi em Champaix (Suíça), no início de 1965, que Jonas Savimbi e António Costa Fernandes definiram a criação formal da UNITA, estruturando sua base ideológica e organizacional.

Savimbi realizou diversas viagens diplomáticas em busca de apoio técnico, logístico e militar. Em 1963, esteve na Argélia, e em 1964 visitou a Tanzânia e o Egito, sem obter os resultados esperados. Em seguida, foi aconselhado por Nasser a procurar a União Soviética, tendo se deslocado também à Checoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria e Moscou, mas os países do bloco soviético recusaram apoio e sugeriram que se unisse ao MPLA (Antunes, 1995).

Desapontado com esses resultados, Savimbi retornou ao Cairo em 1964 e ali firmou contato com a embaixada da China Popular, que acolheu sua proposta (Savimbi, 1979). Em Lusaka (Zâmbia), ele concedeu entrevista coletiva que elevou o perfil da UNITA no contexto da Guerra Fria, atraindo atenção local e estrangeira.

Em meados de 1968, altos quadros da UNITA estavam em países como Egito, Tanzânia, Estados Unidos e Suíça buscando apoio político e financeiro. Nesse período, Savimbi retornou à China e Tony da Costa Fernandes entrou em contato com os EUA (Bittencourt, 2008, p. 95).

No verão de 1974, Savimbi iniciou negociações com a África do Sul, que se intensificaram em 1975. Por meio de intermediários portugueses e reuniões em Botsuana

e Londres, ele obteve apoio do governo de John Vorster (Sá, 2011, p. 63). Além disso, Jonas Savimbi estreitou laços com líderes africanos como Léopold Sédar Senghor, Hassan II, Houphouët-Boigny e Nelson Mandela, e consolidou alianças estratégicas com a China e os EUA via apoio sul-africano.

A dimensão internacional do apoio à UNITA refletiu-se no suporte militar, logístico, financeiro e ideológico recebido, tanto da comunidade africana quanto de atores globais. Valentim (2005, p. 47) destaca:

“Os primeiros apoios à UNITA vieram sem dúvida, em primeiro lugar, do povo angolano e do presidente Gamal Abdel Nasser da República Árabe Unida (Egito), da República Popular da China, das Igrejas Protestantes (americanas, canadenses e inglesas), e dos vários Movimentos de libertação da África”.

O Egito acolheu os dirigentes da UNITA, promovendo o debate e o estudo do pensamento maoísta, além de servir como base para conexões internacionais. A Zâmbia foi essencial ao fornecer retaguarda, apoio logístico e acolhimento em campos de refugiados; Kenneth Kaunda, seu presidente, mobilizou apoio americano para conter a influência soviética na região.

A África do Sul tornou-se um aliado crucial a partir de 1974, fornecendo armas, treinamento militar,

suporte financeiro e facilitando a conexão com os EUA (Sá, 2011, p. 63). A China apoiou tanto na formação dos doze primeiros quadros quanto no envio de armamentos, além de oferecer suporte estratégico frente à expansão soviética por meio do MPLA (Chiwale, 2001, p. 31). O país também atuou como uma ponte ideológica para os movimentos do Terceiro Mundo.

A interdependência de apoios entre a UNITA e outras forças como a UPA/FNLA refletiu a complexidade das alianças durante a luta pela libertação nacional, demonstrando que a diplomacia de Savimbi visava criar um movimento armado eficaz, respaldado por uma rede internacional diversa.

A UNITA consolidou-se como uma força diplomática resiliente e pragmática, que soube adaptar suas alianças em função dos interesses estratégicos da Guerra Fria. Através de viagens, contatos políticos e negociações com países africanos, blocos socialistas e potências ocidentais, Savimbi conseguiu garantir suporte essencial à luta armada liderada pela FALA. Esse equilíbrio entre diplomacia realista e mobilização internacional foi crucial para a afirmação da UNITA no panorama político-militar angolano.

# Capítulo 2

---

PRINCIPAIS ENCONTROS E  
NEGOCIAÇÕES QUE ANTECEDERAM O  
ACORDO DE ALVOR E SEUS ACTORES

ACORDO DE ALVOR

A luta pela independência de Angola não se fez apenas no campo militar, mas também através de intensos processos diplomáticos e políticos que envolveram múltiplos atores nacionais e internacionais. Após a Revolução dos Cravos em Portugal, em abril de 1974, abriu-se um novo cenário político que possibilitou o início das negociações entre os movimentos de libertação angolanos e o governo português. No entanto, estas negociações foram marcadas por tensões, disputas de legitimidade e interesses divergentes entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, cada um buscando afirmar-se como o verdadeiro representante do povo angolano.

Neste contexto, sucederam-se diversos encontros preparatórios, tanto em território africano como europeu, que culminaram na assinatura do Acordo de Alvor, em janeiro de 1975. Estas negociações envolveram não apenas os três movimentos nacionalistas e o Estado português, mas também foram influenciadas por interesses externos relacionados à Guerra Fria e à disputa de esferas de influência no continente africano. Assim, o objectivo deste capítulo consiste em identificar os principais encontros e negociações que antecederam o Acordo de Alvor, destacando os actores envolvidos e seus interesses.

## **De 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975: Antecedentes Históricos**

A proclamação da Primeira República de Angola, a 11 de novembro de 1975, resultou de um processo longo, complexo e influenciado por uma conjugação de factores internos e externos. No plano interno, destacou-se o esforço dos movimentos nacionalistas no território angolano, cuja acção foi determinante para o enfraquecimento do regime colonial. Externamente, o contexto internacional, especialmente os acontecimentos em Portugal e o ambiente político em África, também desempenhou um papel crucial nesse processo. Entre os elementos internos mais relevantes, destaca-se a Luta Armada de Libertação Nacional, iniciada a 4 de fevereiro de 1961.

Esta data representa um marco fundamental na resistência ao colonialismo português e reflecte o desejo do povo angolano de alcançar a independência. Nesse dia, pequenos grupos de nacionalistas realizaram uma série de acções coordenadas em Luanda, atacando simultaneamente a Casa de Reclusão Militar, a Cadeia Civil de São Paulo, a estação de rádio e a esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP). Essas instalações, vistas pelas autoridades portuguesas como alvos militares legítimos no contexto de uma guerra de guerrilhas, foram escolhidas estrategicamente como início de uma nova fase da luta (Correia, 1991, p. 33).

A acção, marcada por grande simbolismo

e heroísmo, reflectia não só o crescente desgaste do sistema colonial português, mas também o impacto das independências que se espalhavam pelo continente africano de norte a sul (Centro de Estudos Estratégicos de Angola [CEEA], 2006, p. 61). Representava, ainda, a urgência de adoptar formas de resistência mais eficazes frente à rigidez da administração colonial. Este episódio marcou o início de uma nova etapa na luta pela independência de Angola, colocando em evidência o papel decisivo da luta armada no processo de descolonização, e servindo de catalisador para a mobilização de forças sociais e políticas internas rumo à autodeterminação nacional.

## **A Queda da Ditadura em Portugal**

No plano externo, um dos acontecimentos mais determinantes para o processo de descolonização de Angola foi o colapso do regime ditatorial português, protagonizado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) através do golpe militar de 25 de abril de 1974. Este golpe foi motivado, entre outros factores, pelo crescente isolamento internacional de Portugal, em consequência da sua intransigente política colonial, centrada na defesa do conceito de “Portugal pluricontinental” (Almeida, 2008, p. 195).

Conforme destaca Sérgio Vieira da Silva (2013), essa política sustentava-se na ideia de que o império colonial

assegurava a Portugal uma projecção de poder que sua limitada dimensão geográfica europeia não lhe permitia, além de garantir acesso privilegiado e a baixo custo a matérias-primas essenciais para a economia portuguesa (Silva, 2013, p. 59). Por esse motivo, muitos sectores da elite política e económica portuguesa viam o fim do colonialismo como uma ameaça direta à sobrevivência do próprio Estado. Acreditava-se firmemente que a separação entre a metrópole e as colónias, via independência total, acarretaria o colapso económico do país e, com isso, a perda de sua soberania nacional (Silva, 2013, p. 61).

No esforço de justificar perante os países ocidentais a manutenção do seu império ultramarino, o regime salazarista argumentava que conservar os territórios africanos era uma forma de defesa do Ocidente contra a ameaça do comunismo ateu (Almeida, 2008, p. 199). No entanto, essa retórica encontrou forte resistência no cenário internacional, num contexto em que se intensificava globalmente a luta pela autodeterminação dos povos e os ventos do anticolonialismo sopravam de forma irreversível.

Como sublinha João Marques de Almeida (2008), a insistência na política colonial acabou por transformar Portugal num verdadeiro “Estado pária”, sujeito à condenação generalizada das principais organizações internacionais. A diplomacia portuguesa, sem alternativas plausíveis, passou então a adoptar artifícios jurídicos para defender o indefensável, enquanto, na prática, as guerras

coloniais já estavam militar e politicamente perdidas quando o MFA levou a cabo o golpe (Almeida, 2008, pp. 196–197).

A situação interna de Portugal agravava-se ainda mais com a crescente pressão externa, refletida em diversos episódios críticos: o agravamento do conflito nos territórios coloniais, as denúncias de massacres em Moçambique, a condenação pela Igreja Católica e pela imprensa internacional da política portuguesa, a recepção de líderes dos movimentos de libertação pela Santa Sé, e a condenação das alianças entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia do Sul (Lopes, 1991, pp. 62–63). Somava-se a isso a solidariedade internacional com o Estado recém-independente da Guiné-Bissau, a pressão pela intensificação da luta armada e a exclusão de Portugal de várias agências especializadas da ONU.

Diante desse cenário insustentável, o 25 de Abril representou uma tentativa de reintegrar Portugal na comunidade internacional. O MFA rompeu com a linha inflexível do regime anterior e apresentou uma nova visão política ultramarina, centrada em três princípios fundamentais:

1. o reconhecimento de que a solução para os conflitos coloniais seria de natureza política, e não militar;
2. a criação de condições para um debate nacional aberto e franco sobre o problema colonial;

3. o lançamento das bases para uma política que conduziria à paz (Lopes, 1991).

Esse novo posicionamento permitiu que Portugal se envolvesse efetivamente no processo de descolonização das suas colônias africanas. Como destaca Eugénio da Costa Almeida, a descolonização tornou-se um imperativo das forças progressistas portuguesas, apoiadas por uma parte significativa dos militares do MFA que lideraram o golpe (Almeida, citado em Lopes, 1991, p. 63).

No contexto desse processo, realizou-se, em janeiro de 1975, a cimeira quadripartida de Alvor, com a participação de Portugal, MPLA, FNLA e UNITA. O encontro teve como objectivo estabelecer os termos da transição para a independência de Angola. Segundo Alexandra Marques, Portugal procurava, com esse gesto, passar de “potência colonial censurada” para um Estado administrante benevolente, que concedia aos movimentos de libertação a oportunidade de definirem, conforme os seus próprios programas, o futuro da nação angolana (Marques, citada em Lopes, 1991, p. 64).

Entretanto, o caminho até à assinatura dos Acordos de Alvor foi tudo menos linear. O processo foi marcado por fortes tensões e divergências aparentemente irreconciliáveis entre os movimentos de libertação, o que exigiu grande capacidade de negociação e resistência por parte dos envolvidos. Essas dificuldades revelam a complexidade do

processo de descolonização e a profundidade das divisões internas que Angola herdaria no seu nascimento como Estado independente.

### **Conflitos Internos e a Fragmentação da Unidade Nacionalista antes da Independência**

Durante a luta de libertação nacional, os três principais movimentos — MPLA, FNLA e UNITA — apresentavam-se como unidos em torno de uma causa comum: a independência de Angola. Esta causa, pela sua nobreza e importância histórica, parecia, num primeiro momento, sobrepor-se às profundas diferenças políticas, ideológicas e étnicas que os separavam.

Contudo, à medida que se aproximava a data da proclamação da independência, essa unidade começou a ruir. As divergências entre os movimentos tornaram-se cada vez mais visíveis e intensas, ameaçando o próprio processo de transição para um Estado independente. Como observou ironicamente Melo Antunes, “pode dizer-se que ainda nem sequer a tinta gasta em subscrever o Acordo do Alvor tinha secado e já as querelas, as dissidências e as confrontações, mesmo armadas, entre os três movimentos, estalavam em Angola” (apud Almeida, 2011, p. 41).

O agravamento das tensões rapidamente atingiu níveis alarmantes, gerando um cenário de instabilidade nacional. O país encontrava-se dividido entre a euforia pela

derrota do colonialismo e o temor crescente de uma guerra civil, fomentada pelos próprios signatários do Acordo de Alvor — documento que deveria orientar, de forma conjunta, a transição para a independência.

A retórica adotada por alguns líderes nacionalistas também contribuiu para a radicalização do clima político. O líder do MPLA, António Agostinho Neto, viria a afirmar categoricamente, meses antes da independência, que “as nossas armas voltam-se, sim, contra os inimigos do povo angolano, aqueles que querem forçosamente levar-nos para o neocolonialismo. Contra esses as nossas armas não devem hesitar. Devem disparar” (Marques, 2013, p. 252). Essa declaração ilustra o grau de intolerância e polarização entre os movimentos.

Diante do agravamento da situação, houve tentativas iniciais de aproximação entre os líderes nacionalistas. Reconhecendo a necessidade de uma frente unificada para negociar com as autoridades coloniais portuguesas, iniciou-se um esforço de concertação política, ainda antes das cimeiras formais do processo de descolonização. Nesse contexto, destacam-se as iniciativas de Jonas Savimbi, líder da UNITA, que promoveu encontros bilaterais com vista à construção de uma plataforma estratégica comum que pudesse viabilizar a assinatura de acordos tripartidos e fortalecer uma posição conjunta nas negociações com Portugal (Almeida, 2011, p. 41).

Apesar desses esforços, as desconfianças mútuas,

os interesses particulares de cada movimento e a crescente influência de potências estrangeiras nos bastidores do conflito acabariam por inviabilizar uma verdadeira união. O resultado foi o colapso da frente nacionalista e o início de um conflito armado fratricida, que acompanharia o nascimento do Estado angolano.

### **O Encontro de Kinshasa: Tentativa de Aliança entre a UNITA e a FNLA**

No contexto das concertações bilaterais entre os movimentos de libertação angolanos, realizou-se, a 25 de novembro de 1974, um encontro significativo entre delegações da UNITA e da FNLA, na cidade de Kinshasa, capital do então Zaire. Esta reunião ocorreu num momento particularmente delicado, marcado pelo aumento das tensões entre os grupos nacionalistas angolanos e pela urgência de apresentar uma frente unificada face à iminente descolonização.

Após análise da conjuntura política e militar em Angola, as duas delegações emitiram uma declaração conjunta, na qual reafirmaram o papel desempenhado por ambos os movimentos na luta armada contra o colonialismo português. Reconheciam que, após a queda da ditadura em Portugal e o início do processo de transição, a responsabilidade de conduzir Angola à independência plena passava a estar nas mãos dos próprios movimentos

libertadores (Capoco, 2012, p. 133).

A declaração enfatizava a consciência da responsabilidade histórica das organizações signatárias na reconstrução de uma Angola verdadeiramente livre, independente e soberana, baseada no interesse nacional acima de divisões ideológicas ou rivalidades partidárias. Apontava também que a aproximação entre os movimentos correspondia às aspirações mais profundas do povo angolano e que a fragmentação interna representava uma ameaça concreta à paz, à segurança e até à própria independência do país (Capoco, 2012, p. 133). Como resultado prático do encontro, a UNITA e a FNLA comprometeram-se com três resoluções principais:

1. Pôr fim a todas as formas de ataque ou propaganda hostil entre os dois movimentos, evitando acções que pudessem deteriorar a relação mútua;
2. Estabelecer cooperação e assistência militar recíproca, visando enfrentar eventuais ameaças internas ou externas, sobretudo de grupos considerados extremistas que pudessem comprometer as conquistas da luta e o processo de independência;
3. Criar uma comissão mista, encarregada de elaborar uma plataforma comum de acção política, com foco na reconstrução de Angola

enquanto nação independente e unificada.

Apesar da intenção conciliadora, o encontro de Kinshasa não resultou numa aliança duradoura entre os dois movimentos. As diferentes agendas políticas, as rivalidades históricas e as influências externas continuariam a minar os esforços de cooperação entre os nacionalistas angolanos, contribuindo para o colapso dos acordos e a eclosão do conflito armado no período imediatamente posterior à proclamação da independência.

### **O Encontro de Lwena: Tentativa de Reaproximação entre o MPLA e a UNITA**

Dando continuidade às tentativas de entendimento entre os principais movimentos nacionalistas angolanos, realizou-se em 10 de dezembro de 1974, na cidade do Lwena, no leste de Angola, um importante encontro bilateral entre o MPLA e a UNITA. A reunião inseria-se no contexto de crescente pressão interna e internacional para que os movimentos encontrassem um caminho comum rumo à independência de Angola, prevista para o ano seguinte.

Na pauta central da reunião, estavam duas questões estratégicas fundamentais: a descolonização e a independência nacional. No entanto, o foco principal do diálogo foi a construção de uma unidade política entre os movimentos de libertação, vista como condição essencial

para garantir a estabilidade no processo de transição e evitar um confronto armado entre facções rivais.

O comunicado final do encontro refletiu um esforço concreto de aproximação entre os dois movimentos, reconhecendo, de forma explícita, a necessidade urgente de pôr fim a qualquer forma de hostilidade, tanto militar quanto política. O objectivo era criar um ambiente de cooperação bilateral, em torno de um projeto comum de reconstrução nacional, e reforçar a ideia de que a independência não poderia ser plenamente alcançada sem a coesão dos protagonistas da luta (Capoco, 2012).

Além da questão da paz e da unidade, o encontro de Lwena destacou a urgência de atender às necessidades concretas da população angolana, fortemente afetada pelos longos anos de guerra e pela desorganização administrativa causada pela retirada progressiva do poder colonial. Nesse sentido, os representantes do MPLA e da UNITA propuseram a criação conjunta de organismos operacionais em diversas esferas da vida social e política angolana, com o intuito de enfrentar os desafios do período de transição.

Uma das propostas mais relevantes foi a criação de um Gabinete de Questões Económicas, encarregado de estudar, com a participação de diferentes setores interessados, as causas da grave recessão económica então instalada no país e propor soluções práticas para a sua superação. Esta iniciativa demonstrava uma preocupação pragmática com o futuro do país, indo além dos discursos ideológicos, e

buscava construir as bases de um Estado funcional e viável, a partir da colaboração intermovimentista (Capoco, 2012).

Apesar das boas intenções e do simbolismo político do encontro, o acordo de Lwena não foi suficiente para consolidar uma verdadeira aliança entre o MPLA e a UNITA. As desconfianças mútuas, as pressões externas e as divergências estratégicas voltariam a minar o espírito de cooperação. Ainda assim, o encontro representou um esforço importante — e talvez o último gesto significativo de aproximação bilateral — antes da intensificação dos conflitos armados que marcariam tragicamente a transição para a independência e os primeiros anos da República de Angola.

### **A Cimeira de Mombaça: Reconhecimento da UNITA e Última Tentativa de Unidade Nacionalista**

Entre os diversos esforços de concertação entre os movimentos de libertação angolanos antes da assinatura dos Acordos de Alvor, destaca-se a Cimeira de Mombaça, realizada em 5 de janeiro de 1975, no Quênia, sob a mediação do presidente queniano Jomo Kenyatta. Este encontro foi considerado um dos momentos mais importantes do processo de pré-negociação entre os principais atores políticos do nacionalismo angolano — o MPLA, a FNLA e a UNITA — e constituiu uma tentativa decisiva de alcançar um consenso antes das conversações oficiais com Portugal.

A cimeira teve lugar num território neutro e sob a liderança de uma figura africana respeitada, o que conferiu ao encontro uma carga simbólica e diplomática significativa. Conforme sublinha Jean Martial Arsène Mbah, “a escolha de Mombaça, somada à autoridade moral e política de Kenyatta, reacendeu uma nova esperança de reconciliação entre os movimentos” (Mbah, 2010, p. 293). O facto de os três líderes — Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA) — terem comparecido pessoalmente reforçou a percepção de que estava em curso um esforço real de convergência política.

O principal objectivo da cimeira era o de formular uma plataforma política comum que permitisse aos movimentos nacionalistas angolanos apresentarem uma frente unida nas negociações com o governo português, previstas para os dias seguintes em Alvor, Portugal. Como salienta Alexandra Marques, “os líderes teriam como principal prova serem capazes de dissolver as suas tropas e abdicar do controlo militar das áreas ocupadas durante a guerra contra os portugueses (as chamadas regiões libertadas) para criarem um exército nacional” (Marques, 2013, p. 169).

No entanto, apesar da solenidade do encontro, os resultados foram limitados. Ainda que as delegações tenham conseguido reunir-se em torno de reivindicações comuns — como o compromisso com a independência e a integridade territorial de Angola —, as divergências

ideológicas, estratégicas e étnicas entre os três movimentos mantiveram-se intactas. A esse respeito, Marques observa que “a cimeira de Mombaça terá essencialmente servido para juntar as reivindicações que os uniam perante Portugal, mas que todas as divergências de fundo se mantinham em aberto e intactas” (Marques, 2013, p. 170). Apesar das limitações, a cimeira produziu um comunicado final com importantes pontos de consenso entre os três movimentos nacionalistas, entre os quais se destacam:

1. Reafirmação do compromisso com a integridade territorial de Angola, incluindo o reconhecimento inequívoco de Cabinda como parte integrante e inalienável do território nacional;
2. Compromisso de construir uma nação baseada em princípios democráticos, eliminando todas as formas de discriminação étnica, social, religiosa ou de outra natureza;
3. Apelo ao governo português para que tomasse medidas urgentes e eficazes que pudessem mitigar o colapso econômico e garantir os interesses das massas trabalhadoras, promovendo o desenvolvimento e a reconstrução nacional (Mbah, 2010, pp. 193–194).

Outro ponto de elevada relevância política desta cimeira foi o reconhecimento político oficial da UNITA como um interlocutor válido no processo de transição, até então ausente dos principais fóruns de negociação. Conforme sublinha Mbah, “para Jonas Savimbi e os seus acólitos, Mombaça foi a primeira saída política que marcava definitivamente o reconhecimento oficial do seu movimento nacionalista” (Mbah, 2010, p. 295). Até então, a UNITA era tida como um ator periférico e muitas vezes desconsiderado pelas potências externas e mesmo pelos seus congéneres nacionalistas.

Esse reconhecimento foi institucionalizado a 9 de janeiro de 1975, um dia antes da assinatura dos Acordos de Alvor, quando a Organização da Unidade Africana (OUA), durante a sua 25.<sup>a</sup> sessão presidida pelo primeiro-ministro tanzaniano John Malecela, conferiu legitimidade oficial à UNITA. Este facto permitiu que o movimento liderado por Savimbi participasse na cimeira de Alvor em pé de igualdade com o MPLA e a FNLA, marcando definitivamente a sua entrada no xadrez político angolano (Mbah, 2010, p. 295).

Assim, embora a Cimeira de Mombaça não tenha produzido um consenso político duradouro entre os três movimentos, ela desempenhou um papel crucial ao preparar o terreno político e diplomático para os Acordos de Alvor. Mombaça foi o espaço onde, mesmo em meio à tensão, se esboçou um esboço de diálogo nacional, e onde pela primeira vez os três movimentos falaram — mesmo

que brevemente — em unísono, diante do mundo.

# Capítulo 3

---

DO ACORDO DE ALVOR À PROCLAMAÇÃO  
DA INDEPENDÊNCIA: RUPTURA,  
CONFLITO E AFIRMAÇÃO DO MPLA

ACORDO DE ALVOR

A assinatura do Acordo de Alvor, em 15 de janeiro de 1975, representou um marco decisivo no processo de transição de Angola para a independência, reunindo os três principais movimentos de libertação — MPLA, FNLA e UNITA — juntamente com o governo português. Este acordo previa a constituição de um governo de transição, o cessar das hostilidades, a realização de eleições e a proclamação da independência no dia 11 de novembro do mesmo ano. Contudo, apesar das intenções de cooperação e partilha de poder expressas no documento, rapidamente emergiram desconfianças mútuas, violações dos compromissos e disputas territoriais entre os movimentos, minando a frágil aliança estabelecida.

O agravamento dos confrontos armados, o envolvimento de potências estrangeiras e a disputa pelo controlo de Luanda aprofundaram as tensões, conduzindo à rutura do acordo e ao colapso do governo de transição. Em meio ao caos político e militar, o MPLA, que havia consolidado posições estratégicas e obtido apoio externo significativo, proclamou unilateralmente a independência de Angola a 11 de novembro de 1975. O objectivo deste capítulo é examinar o conteúdo do Acordo de Alvor, suas cláusulas e intenções, bem como os fatores que levaram à sua ruptura e os acontecimentos que culminaram na proclamação unilateral da independência por parte do MPLA.

## O Acordo de Alvor

Com a realização da reunião de Mombaça, pareciam finalmente reunidas as condições para formalizar um acordo que permitisse a independência de Angola e a consequente transferência de poder. Neste contexto, em 10 de janeiro de 1975 realizou-se em Alvor, no Algarve (Portugal), o encontro histórico que reuniu, pela primeira vez, as delegações do governo português e dos três movimentos de libertação de Angola (Correia, 1991, p. 125).

A delegação portuguesa foi presidida pelo major Melo Antunes — figura-chave do Movimento das Forças Armadas (MFA) — e contou com Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros), Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial), brigadeiro Silva Cardoso (Junta Governativa de Angola), tenente-coronel Gonçalves Ribeiro (Governo de Angola), Pezarat Correia (MFA de Angola), Fernando Reino e Passos Ramos (Comissão Nacional de Descolonização) (Correia, 1991, p. 125).

Já os movimentos nacionalistas angolanos foram representados por suas principais lideranças. A delegação do MPLA foi chefiada por Agostinho Neto e integrada por figuras de destaque como Carlos Rocha, Joaquim Kapengo, Jacob Caetano, José Eduardo, Iko Carreira, Lúcio Lara, Lopo do Nascimento e Saydi Mingas. A FNLA teve como chefe da delegação Holden Roberto, acompanhado por Johnny Eduardo (Relações Exteriores), Ngola Kabangu

(Assuntos Internos), Samuel Abrigada (Saúde), entre outros membros. Por sua vez, a delegação da UNITA, liderada por Jonas Savimbi, contou com Jorge Valentim (Relações Exteriores), Tony Fernandes (Informação), José Ndele (Tesoureiro-Geral), Marques Kalumba (Adjunto para Relações Exteriores), Eliseu Chimbili, Ruben Chitacunbi e outras figuras importantes da organização (Correia, 1991, p. 125).

Apesar de encontros prévios — como o de Mombaça —, ainda persistiam divergências profundas, o que reforça a observação de Arsène Mbah (2010, p. 295):

“É importante lembrar que, apesar dos tratados de paz efêmeros, assinados no Quênia pelos nacionalistas angolanos, estes ainda não tinham chegado a um acordo definitivo. Portanto, mesmo tendo aceite deslocarem-se a Portugal, as suas divergências não tinham sido reduzidas e a sua unidade não passava de uma fachada. As conversações realizaram-se, pois, num clima de crise, dados os interesses em jogo em Angola.”

Conforme ressaltado por Paulo Jorge (2013, p. 181), durante as negociações:

“Não temos uma frente comum. Não temos um programa comum. Temos uma plataforma comum para discutir com o governo Português. Apenas no contexto das negociações para a independência. Não há unidade entre os Movimentos. A FNLA, o MPLA e a UNITA continuam a ser quem eram.”

Os líderes angolanos mostraram-se extremamente irredutíveis, como evidenciado por Alexandra Marques (2013, p. 182):

“Neto não desejava no governo apoiantes da FNLA ou da UNITA; Holden Roberto e Savimbi não queriam nele os brancos do MDA ou da FRESDA, satélites políticos do MPLA.”

Para tentar minimizar tensões, os portugueses alojaram todas as delegações no mesmo hotel, esperando que o convívio favorecesse o entendimento (Correia, 1991, p. 125). No entanto, a disposição por andares — FNLA no 1.º, UNITA no 2.º, MPLA no 3.º e delegação portuguesa no 4.º — levantou receios de encontros secretos, conforme relato de Marques (2013, p. 173).

Segundo Pedro Pezarat Correia (1991, p. 125), a complexidade das negociações deveu-se mais às

desconfianças internas entre os movimentos do que a dificuldades com a parte portuguesa:

“Derivada mais das incompatibilidades e desconfianças entre as várias partes angolanas do que de dificuldade com a parte portuguesa e os três movimentos de libertação tinham chegado a uma plataforma negocial comum, mas estavam muito longe de constituírem um interlocutor único.”

O Acordo de Alvor incluiu os seguintes pontos principais:

1. Reconhecimento, no artigo 1.º, do MPLA, FNLA e UNITA como os “únicos e legítimos representantes do povo angolano”.
2. Afirmção da soberania de Angola sobre o enclave de Cabinda (artigo 3.º).
3. Fixação da data da independência para 11 de novembro de 1975.
4. Constituição de um governo de transição encarregado de organizar eleições gerais para a Assembleia Constituinte (alínea d) do artigo 24.º).

Ao final da conferência, Agostinho Neto declarou,

em nome das três delegações (Correia, 1991, p. 133134):

“As delegações da FNLA, MPLA e UNITA felicitam-se pela boa colaboração e entendimento que existiu durante esta conferência ... O elemento fundamental para o êxito da luta de libertação foi finalmente adquirido e não consentiremos mais que as divergências não fundamentais, sejam transformadas pelos nossos inimigos em disputas graves.”

O presidente português, general Costa Gomes, encerrou o encontro reiterando esse espírito de entendimento, sugerindo que o Acordo poderia ser implementado com sucesso.

### **Análise do Acordo de Alvor: Estrutura, Compromissos e Limitações na Transição para a Independência de Angola**

O Acordo de Alvor, firmado em Portugal entre os dias 10 e 15 de janeiro de 1975, constituiu um marco determinante no processo de descolonização de Angola. Realizado na vila de Alvor, na região do Algarve, o encontro reuniu o Governo português e os três principais movimentos de libertação nacional — FNLA, MPLA e UNITA —

com o objectivo de definir os termos da transição para a independência. A base para esta cimeira foi o compromisso preliminar estabelecido na reunião de Mombaça, realizada dez dias antes.

O acordo estabelecia, em seu primeiro capítulo, o reconhecimento formal da FNLA, MPLA e UNITA como representantes legítimos do povo angolano. Reafirmava, ainda, a integridade territorial de Angola, incluindo a província de Cabinda, e fixava a data da independência para 11 de novembro de 1975. Determinava também a criação de um Governo de Transição e a concessão de amnistia para atos cometidos no contexto da luta de libertação.

Nos capítulos seguintes, o documento regulava a estrutura institucional e os órgãos de poder do período de transição. O Governo de Transição seria presidido por um Colégio Presidencial composto por três membros — um de cada movimento — e representaria a soberania portuguesa até à independência. Os restantes cargos seriam igualmente repartidos entre os quatro signatários (os três movimentos e o Governo português), garantindo equilíbrio formal no exercício do poder. Este Governo teria competências legislativas e executivas plenas durante o período de transição.

Outro ponto importante foi a criação de um Estado-Maior conjunto, responsável pela formação das Forças Armadas Populares (FAP), compostas por oito mil combatentes de cada movimento e vinte e quatro mil das

forças portuguesas. Esta estrutura militar unificada visava garantir estabilidade e segurança no período de transição.

O quinto capítulo tratava da situação dos refugiados angolanos. O Governo de Transição teria a responsabilidade de criar comissões para planificar o retorno dos cidadãos exilados, promover sua reintegração social e econômica e garantir condições dignas para o seu reassentamento. A repatriação era vista como essencial para assegurar a legitimidade do processo eleitoral e restaurar a normalidade no país.

No capítulo sexto, o Acordo definia a organização das eleições gerais para a futura Assembleia Constituinte. Ficou estabelecido que apenas os três movimentos de libertação poderiam apresentar candidaturas. As eleições deveriam ocorrer até outubro de 1975, o que levantava preocupações devido ao elevado índice de analfabetismo no país e à curta preparação dos cidadãos para o exercício do voto.

O capítulo sétimo abordava os direitos de cidadania. Seriam considerados cidadãos angolanos todos os nascidos em Angola, a menos que expressassem desejo de manter outra nacionalidade. Aos residentes estrangeiros de longa data seria garantida a possibilidade de aquisição da cidadania angolana. Tratava-se também da protecção dos direitos dos angolanos residentes em Portugal.

Em termos financeiros, o oitavo capítulo previa que Portugal deveria regularizar a situação patrimonial com o

futuro Estado angolano. Os movimentos comprometiam-se, por sua vez, a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

A cooperação pós-independência entre Angola e Portugal foi tratada nos capítulos nono e décimo, onde se previa a criação de comissões mistas e a manutenção de laços nos domínios cultural, técnico, científico, econômico e militar, sempre com base na igualdade e no respeito mútuo.

Por fim, o capítulo décimo primeiro definia mecanismos de resolução de conflitos de interpretação ou aplicação do Acordo. Qualquer divergência deveria ser solucionada por via negociada entre as partes, com base nos princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Acordo de Alvor entrou em vigor logo após sua homologação pelo Presidente da República Portuguesa. As delegações signatárias — FNLA, MPLA e UNITA — declararam que o tratado respondia aos anseios do povo angolano manifestados durante a luta de libertação. Assim, no dia 15 de janeiro de 1975, em Alvor, foi formalmente assinado o documento que simbolizava, ao menos no papel, a transição pacífica rumo à independência de Angola.

## **Governo de Transição em Angola: Tomada de Posse, Medidas e Colapso**

A tomada de posse do Governo de Transição de

Angola ocorreu a 31 de janeiro de 1975, conforme estipulado no artigo 5.º do Acordo de Alvor. A cerimônia decorreu no Palácio dos Governadores, em Luanda, e contou com a presença de milhares de angolanos e de representantes dos três movimentos de libertação — FNLA, MPLA e UNITA —, num ambiente carregado de emoção, esperança e tensão.

No discurso de abertura, o alto-comissário português, General Silva Cardoso, evocou o espírito do Acordo de Alvor e o desafio da construção do futuro angolano: “Do que souberem e forem capazes os homens que conduzirão os destinos desta Nação neste período que vai até à independência, dependerá, em grande medida, o que será Angola futura. [...] há que olhar para o futuro, edificar no presente as esperanças de amanhã” (Rocha, 2002, pp. 305–306). Concluiu com um apelo patriótico: “Saibamos todos merecer a grandeza da liberdade. Viva Angola” (Rocha, 2002, p. 306).

Na ocasião, Johnny Eduardo discursou em nome do Governo de Transição, elogiando os presidentes dos movimentos e homenageando os combatentes da luta de libertação, ao mesmo tempo que alertava para possíveis ameaças de secessão e apelava à implementação célere da Comissão Nacional de Defesa (Vieira, 1975). Também Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, reforçou os apelos à responsabilidade dos novos governantes.

O Governo de Transição era composto por um Colégio Presidencial com três representantes — Lopo do

Nascimento (MPLA), Dr. José N'dele (UNITA) e Dr. Johnny Eduardo (FNLA) — e os ministérios foram repartidos entre os três movimentos. Poucas horas após a posse, o Colégio emitiu um apelo à calma: “Exortamos o povo de Angola [...] a manterem-se calmos e vigilantes” (Rocha, 2002, p. 312). No entanto, o apelo foi rapidamente seguido por confrontos violentos, como os registados no mercado de São Paulo, em Luanda, onde morreram civis e militares. O Governo reagiu condenando os atos e criou uma comissão de inquérito. Determinou ainda o recolhimento imediato de todas as armas não autorizadas e reafirmou que só o Governo de Transição e o alto-comissário tinham autoridade para efetuar detenções (Rocha, 2002, p. 313).

Em 3 de fevereiro, foi aprovado o primeiro decreto-lei, instituindo os feriados nacionais que celebravam os marcos das lutas de libertação: 4 de fevereiro (MPLA), 15 de março (FNLA) e 25 de dezembro (UNITA) — uma tentativa de reforçar a unidade nacional a partir de uma memória comum (Rocha, 2002, p. 314). Contudo, os conflitos intensificaram-se. Em fevereiro, o Colégio Presidencial denunciou publicamente casos de terror e violações dos direitos humanos entre militantes do MPLA e da FNLA, demonstrando a incapacidade do governo em conter a violência (Rocha, 2002).

A situação agravou-se ainda mais com episódios de tráfico de armas disfarçadas — como a tentativa de descarregamento de material bélico camuflado como

desportivo pelo navio jugoslavo Postoyna e a apreensão de uma aeronave soviética no Luso com 20 toneladas de “medicamentos” (Rocha, 2002, p. 313). Nesse contexto, o Governo também anunciou a expulsão de estrangeiros que atuavam como conselheiros não autorizados dos movimentos (Rocha, 2002, p. 349).

Apesar das várias tentativas de controlar o cenário, abril e maio marcaram o início de conflitos armados de maior escala, culminando numa ofensiva do MPLA por Luanda. O Governo de Transição, nesse momento, já se encontrava politicamente paralisado: cada membro atuava unicamente em defesa dos interesses do seu movimento. A falta de coesão, a incapacidade de manter a segurança e a interferência externa resultaram no fracasso do projeto de transição consensual. A falência do Governo de Transição revelou-se, assim, inevitável, marcando o fim das esperanças de uma independência pacífica e dando início ao prolongado conflito armado em Angola.

### **O Fracasso dos Acordos de Alvor: A Opção Militar em Detrimento da Política**

Os Acordos de Alvor, assinados em 15 de janeiro de 1975 entre o governo português e os três principais movimentos de libertação angolanos — MPLA, FNLA e UNITA — instituíram a criação de um governo de transição com o objectivo de preparar a independência de Angola,

marcada para 11 de novembro daquele ano. A expectativa era substituir a luta armada por um processo político pacífico, porém a complexidade da situação no terreno e a ambição dos movimentos em controlar o poder tornaram esse cenário inviável.

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, denunciou a falta de defesa dos interesses nacionais durante as negociações em Alvor, evidenciando o comprometimento limitado dos movimentos para além de suas aspirações particulares (Marques, 2013). O general Silva Cardoso, nomeado Alto-Comissário português em Angola, buscou manter neutralidade política, distanciando-se da postura favorável ao MPLA de seu antecessor Rosa Coutinho, que, por sua vez, admitiu as dificuldades em conduzir uma missão sem ofender alguma das partes envolvidas (Mbah, 2010; Marques, 2013).

A fragilidade do processo foi agravada pela existência de grupos armados excluídos das negociações, como os separatistas de Cabinda e a chamada “Revolta do Leste”, liderada por Daniel Chipenda, que controlava cerca de três mil combatentes no Luso. Estes grupos tentaram um golpe militar contra as forças portuguesas em Luanda para garantir seu reconhecimento oficial, mas foram rapidamente neutralizados pelo MPLA, que aproveitou para consolidar seu posicionamento e obter apoio das chefias militares portuguesas (Mbah, 2010).

Com a ameaça eliminada, o MPLA lançou

ofensivas para impedir avanços dos rebeldes da Revolta do Leste, enquanto FNLA e UNITA disputavam os combatentes para fortalecer seus exércitos. A integração das forças de Chipenda à FNLA consolidou esta como principal beneficiária do processo. No entanto, as tensões aumentaram com o recrutamento intensivo de militares portugueses dispensados, ignorando os limites do acordo para formação das forças conjuntas, o que sinalizava a derrocada do diálogo e a escalada da luta pelo poder político e militar (Correia, 1991).

A interferência externa também teve papel determinante na deterioração da situação. Enquanto os movimentos nacionalistas negociavam em Portugal, preparava-se nos bastidores a sabotagem da solução política. Os Estados Unidos, por meio da CIA, aprovaram um plano de apoio financeiro e militar massivo à FNLA e UNITA, com investimentos que ultrapassavam dezenas de milhões de dólares, para garantir sua superioridade sobre o MPLA (Mbah, 2010).

Frente às constantes violações e à incapacidade dos movimentos em superar suas divergências, o governo português suspendeu unilateralmente a vigência dos Acordos de Alvor em 22 de agosto de 1975, por meio do Decreto-Lei nº 458/A-75 (Silva, 2013). Para Portugal, o acordo representava a mera confirmação de um protocolo anterior, simbolizando a derrota portuguesa nas negociações e demonstrando que os angolanos impuseram suas

condições. A participação portuguesa foi tão limitada que ficou reduzida a uma tradução formal do texto produzido pelos líderes angolanos, que negociaram o acordo com pressa para libertar-se rapidamente do domínio colonial (Marques, 2013).

Rosa Coutinho classificou o Acordo de Alvor como desajeitado, mostrando-se cético quanto à sinceridade da cooperação entre os movimentos. O chefe da delegação portuguesa observou que cada líder usou o acordo como plataforma para alcançar o poder, o que indicava a prioridade dada à conquista das áreas territoriais de influência étnica em detrimento do compromisso com a unidade e o cumprimento das disposições pactuadas (Marques, 2013; Capoco, 2012).

Finalmente, as autoridades portuguesas identificaram que a manutenção de três exércitos rivais no território foi um dos principais factores para o recrudescimento da guerra e o fracasso do acordo. A opção militar sobrepujou a via política, tornando inevitável o colapso dos Acordos de Alvor e lançando Angola numa longa e dolorosa guerra civil (Capoco, 2012).

Em conclusão, os Acordos de Alvor, embora tenham representado um marco formal no processo de descolonização angolana, revelaram-se frágeis diante das profundas rivalidades entre os movimentos de libertação, das exclusões políticas, da crescente militarização interna e da forte interferência externa. Longe de promover a unidade

e a transição pacífica, o acordo acabou instrumentalizado por cada facção como meio de afirmação do poder, resultando no seu colapso prematuro e na eclosão da guerra civil. A manutenção de exércitos rivais e a ausência de um compromisso genuíno com a construção de um Estado comum selaram o fracasso do entendimento firmado em Alvor.

### **Razões do Fracasso do Acordo de Alvor**

Diversos factores têm sido apontados por líderes políticos, jornalistas, historiadores e analistas para explicar o fracasso do Acordo de Alvor, assinado a 15 de janeiro de 1975 entre o governo português e os três principais movimentos de libertação: MPLA, FNLA e UNITA. Neste contexto, opta-se por destacar interpretações baseadas em fontes académicas e testemunhos diretos, evitando análises baseadas em juízos de valor.

De acordo com a historiadora Luzia Pitra Milagre, o contexto internacional da Guerra Fria teve papel determinante na degradação do acordo. A rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética moldava as relações políticas globais, influenciando diretamente os movimentos angolanos. Como explica:

“Nos anos setenta as relações internacionais caracterizavam-se

pela oposição das duas potências mundiais, dum lado a URSS e do outro lado os EUA, resultando no agravamento das relações entre os movimentos de libertação em luta pelo poder. Ao nível regional, a República Sul-Africana e a República Democrática do Congo, por força dos seus interesses económicos e políticos, faziam tudo para impedir a chegada do MPLA ao poder. Foi menosprezado o papel importante que podia desempenhar a ONU na organização das eleições e na observação do desenrolar dos acontecimentos no período de transição. Este papel foi assumido pelos movimentos de libertação” (Cristóvão, 2003, p. 195).

Ki-Zerbo (1999) complementa essa visão, apontando a falta de interesse dos próprios movimentos em cumprir as disposições acordadas. Segundo ele, as eleições previstas no Acordo de Alvor não interessavam à FNLA nem ao MPLA:

“Os dois principais protagonistas repugnavam levar a cabo de imediato as eleições previstas pelo Acordo de Alvor. A FNLA porque não dispunha de implantação política no território; o MPLA porque receava que o reflexo tribalista lançasse as

etnias majoritárias — os Umbundu e os Bakongo —, respectivamente, para a UNITA e a FNLA, ficando o MPLA apenas com os Ambundu do centro, os fiotes de Cabinda e os místicos, grande número dos quais forneciam ao movimento quadros de elite. Apenas a UNITA, invadida por brancos, insistia nas eleições” (Ki-Zerbo, 1999, p. 283).

Jean-Michel Mabeko Tali também analisa o colapso da transição política como consequência direta da crescente militarização e da polarização ideológica do conflito. Ele observa que a legitimidade política dos movimentos passou a ser disputada não através do diálogo, mas pela força das armas:

“A transição angolana para a independência malograra-se, portanto, definitivamente. A forma de legitimação do monopólio do poder seria ditada pelas armas, numa polarização em que o conflito Leste-Oeste e o confronto URSS/Estados Unidos da América tomariam, igualmente, amplo lugar. Os discursos de uns e outros dos três protagonistas nacionalistas acompanhariam essa polarização mundial. No caso da UNITA e da FNLA, havia que combater o comunismo; no MPLA, havia que

combater a invasão estrangeira para evitar a ‘recolonização de Angola pelo imperialismo internacional’” (Tali, 2012, p. 112).

Do lado português, o então Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, que participou diretamente das negociações de Alvor, destacou o ambiente de disputa e desconfiança entre os movimentos, cada um apoiado por potências estrangeiras:

“O Acordo de Alvor previa uma assembleia política disputada por três movimentos, cada um com o seu exército e com o apoio de três países com ambições económicas e materiais em Angola, que tinham interesse que o acordo não resultasse. [...] O MPLA era apoiado pela Rússia, que queria implementar o socialismo; a UNITA e a FNLA recebiam apoio dos EUA, através da África do Sul, não só politicamente, mas com dinheiro, material e formação. Num plano de fundo, a própria China também tinha interesse em Angola. O país era um tabuleiro em que as grandes potências jogavam o xadrez ligado ao petróleo e aos diamantes. A solução prevista era a criação de uma constituição que seria referendada, mas as eleições deveriam ocorrer apenas após

a estabilização do país, e não antes da proclamação da independência, como acabou por acontecer” (Santos, 2007).

Outro depoimento relevante é o do Dr. Vasco Vieira de Almeida, antigo Ministro da Economia do Governo de Transição. Para ele, o verdadeiro problema não esteve nos termos do acordo, mas na intenção exclusiva de poder demonstrada por cada um dos movimentos:

“O problema não foram os acordos. Se havia alguma possibilidade de paz e estabilidade em Angola, ela teria de ser resultado de um acordo entre os três movimentos, com objetivos comuns, e não particulares. A grande questão é que cada um se tinha preparado para se instalar no poder, excluindo os outros dois. [...] A grande ironia do Acordo de Alvor é que, quando em Portugal já se percebia que o processo democrático seria complicado, mesmo num país europeu com experiência anterior, tentámos impor em Angola uma situação surrealista — um governo de transição tripartido. O governo passou a funcionar como legitimador das ações no terreno e como uma entidade separada da realidade, pois era no terreno e

conforme a relação de forças que os acontecimentos se produziam” (apud Marques, 2013).

Vieira de Almeida também menciona os reflexos da instabilidade portuguesa na viabilidade do processo em Angola. A Revolução dos Cravos ainda se encontrava em curso, e o governo de Lisboa enfrentava sérias dificuldades internas. Ao mesmo tempo, a Guerra Fria agravava-se, com EUA e URSS continuando a financiar e armar os seus aliados locais mesmo após o fim da luta colonial

Em 1975, Luanda estava paralisada: conflitos entre MPLA e FNLA pelo controlo da capital, colheitas paradas, portos inativos, fábricas sem trabalhadores. A instabilidade em Portugal impossibilitava qualquer política coerente. A Guerra Fria, com EUA de um lado e URSS de outro, contribuiu diretamente para a continuidade da militarização e para o fracasso do Acordo de Alvor decorreu de uma conjugação de factores internos e externos. A desconfiança mútua entre os movimentos nacionalistas, a ausência de uma verdadeira vontade de partilha de poder, o contexto geopolítico da Guerra Fria e a fragilidade do governo português em transição criaram um ambiente propício ao colapso. Os líderes nacionalistas instrumentalizaram o acordo como plataforma para legitimar as suas ações militares e não como uma base para construção de um projecto comum. A falta de um exército

unificado, o desrespeito pelas eleições e a interferência de potências estrangeiras inviabilizaram qualquer tentativa de reconciliação. O resultado foi o abandono da via política em favor da opção militar, que levou Angola à eclosão de uma longa e devastadora guerra civil.

### **Situação Político-Militar em Angola (Janeiro a Junho de 1975)**

Para compreender a situação político-militar de Angola entre janeiro e junho de 1975, é necessário recuar brevemente aos meses que antecederam o Acordo de Alvor. Desde 1974, os principais movimentos de libertação — FNLA, MPLA e UNITA — começaram a receber apoios externos significativos, demonstrando que o confronto armado ainda era uma possibilidade concreta.

A FNLA, por exemplo, recebeu da China 450 toneladas de armamento e 112 conselheiros militares em maio de 1974, e logo em seguida, em julho, passou a contar com financiamento da CIA. Por sua vez, a União Soviética intensificou o envio de armas ao MPLA a partir de março de 1975. Já em junho daquele ano, os Estados Unidos enviaram armamento e cerca de 14 milhões de dólares em ajuda militar à FNLA e à UNITA (Stockwell, 1979, p. 279; Mattoso, 1985, p. 75).

Após a assinatura do Acordo de Alvor, a rivalidade entre os movimentos não cessou. A desconfiança mútua

e a ambição de cada grupo em controlar determinadas zonas geográficas resultaram numa corrida pela ocupação territorial, sob o disfarce de zonas de segurança. Este reposicionamento militar teve início imediato após o cessar-fogo acordado com Portugal, revelando que, mais do que uma cooperação genuína, o objectivo era garantir hegemonia no terreno.

O primeiro grande incidente armado ocorreu logo no dia 2 de fevereiro de 1975, apenas três dias após a tomada de posse do Governo de Transição. Um tiroteio nas imediações do mercado do São Paulo, em Luanda, resultou na morte de dois oficiais portugueses, três soldados do ELNA (FNLA) e cinco civis, após um confronto entre elementos da FNLA, das FAPLA (MPLA) e forças portuguesas (Rocha, 2002, p. 312). Este episódio marcou o início de uma escalada de violência que se intensificaria nos meses seguintes.

Ainda em fevereiro, a influência do MPLA sobre a emissora oficial do Estado e sua campanha pelo “poder popular” provocaram reações negativas da FNLA. Um grupo comandado por Vaal Neto chegou a invadir as instalações da rádio, agravando ainda mais a tensão entre os dois movimentos. Em março, com apoio de tropas zairenses, a FNLA lançou ataques contra posições do MPLA em Luanda, nos bairros do Cazenga e Vila Alice, e em várias localidades do norte do país (Stockwell, 1979, p. 281).

No mês de abril, tornava-se evidente o fracasso da partilha tripartida do espaço político. A competição pelo

controle da capital transformou-se numa disputa armada. A FNLA, com um exército forte mas linguisticamente desfavorecido — a maioria dos seus soldados não falava português —, perdeu apoio popular face ao MPLA (Tali, 2001, p. 281). A UNITA, por sua vez, inicialmente procurou manter-se fora do confronto directo, temendo ser esmagada pela superioridade militar da FNLA (Heimer, 1980, p. 77).

Em maio, o conflito atingiu um novo patamar, com combates de médio alcance que rapidamente se espalharam para outras regiões. A 9 de junho, o MPLA iniciou uma ofensiva em Luanda, liderada por sectores mais radicais do partido, como Nito Alves, com o objetivo de expulsar a FNLA da capital e consolidar o seu domínio. Paralelamente, a FNLA mobilizou o seu exército no norte do país — fortemente armado e com unidades zaienses — com o objetivo de marchar sobre Luanda, ameaçando ainda regiões como Carmona (atual Uíge) e Santo António do Zaire (Correia, 1991, p. 143).

Com o agravamento da situação, o Governo de Transição, já politicamente desarticulado, decretou recolher obrigatório em Luanda, das 21h às 6h. FNLA e UNITA passaram a acusar o MPLA de iniciar os confrontos e decidiram retirar seus membros da capital. O Conselho Nacional de Defesa, por meio do seu representante português, denunciou implicitamente o MPLA como instigador dos conflitos armados ocorridos em maio na região dos Dembos, que oficialmente causaram cinquenta

feridos e quatro mortos. Contudo, a imprensa local relatou números mais elevados, revelando a gravidade dos combates (Tali, 2001, pp. 111–112).

A crescente instabilidade, os confrontos violentos e a falência do Governo de Transição evidenciaram a ruptura do processo político previsto pelo Acordo de Alvor. Os compromissos assumidos foram rapidamente substituídos pela lógica da guerra, impulsionada tanto por ambições internas quanto por interesses geopolíticos externos. Foi neste contexto de agravamento generalizado que se convocou a Cimeira de Nakuru, numa tentativa derradeira de salvar a transição para a independência da ameaça iminente de uma guerra civil total.

### **Acordo de Nakuru**

Face ao agravamento da violência em Angola, particularmente entre o MPLA e a FNLA, tornou-se evidente a necessidade urgente de iniciativas diplomáticas que evitassem o colapso do frágil entendimento alcançado no Acordo de Alvor. A crescente instabilidade no país não apenas ameaçava os planos para a independência, mas também punha em causa a credibilidade dos esforços de mediação realizados até então. Neste cenário, a comunidade internacional, em especial os países africanos, intensificou as suas diligências com o intuito de evitar que Angola mergulhasse definitivamente numa guerra civil.

Foi neste contexto que se criara as condições para novas negociações entre os três movimentos de libertação — MPLA, FNLA e UNITA —, tendo lugar, entre os dias 16 e 21 de junho de 1975, na cidade de Nakuru, no Quênia. A cimeira foi mediada pelo presidente queniano Jomo Kenyatta e contou com a participação das mais altas lideranças dos movimentos angolanos. O objectivo principal era alcançar uma solução política que permitisse restaurar a convivência pacífica entre os movimentos e garantir a implementação dos compromissos assumidos em Alvor (Capoco, 2012).

Durante os encontros, ficou evidente a complexidade do conflito e a profundidade das rivalidades existentes. Ainda assim, a cimeira teve um valor simbólico e estratégico, ao proporcionar uma análise conjunta da situação em Angola. Foram identificadas como principais causas do conflito a proliferação de armamento entre os movimentos, a intolerância política expressa pela violência, a divisão do país em zonas de influência militar, o armamento da população civil, os confrontos entre forças rivais que acentuavam o tribalismo e o regionalismo, e ainda a presença de elementos externos considerados desestabilizadores (Correia, 1991).

Como resposta a esta avaliação crítica, os movimentos comprometeram-se, em teoria, a promover a unidade nacional, pôr fim às hostilidades, libertar prisioneiros, permitir o exercício livre da atividade política por todas as organizações, acelerar a formação do exército

nacional unificado e desarmar a população civil (Correia, 1991). Essas medidas, se implementadas com seriedade, poderiam ter constituído um ponto de viragem decisivo para a paz em Angola.

Contudo, apesar da retórica conciliatória, a prática mostrou-se bastante distinta. A cláusula inicial do acordo, que proclamava solenemente a renúncia ao uso da força como forma de resolução de disputas e a fidelidade aos compromissos assumidos, revelou-se ineficaz. A incompatibilidade de interesses entre os três movimentos, aliados à persistente desconfiança mútua e ao apoio militar e financeiro de potências estrangeiras a diferentes facções, inviabilizou qualquer tentativa concreta de implementação dos compromissos de Nakuru (Marques, 2013). O acordo acabou, assim, por se tornar mais um esforço diplomático frustrado, incapaz de travar o inevitável desmoronamento do processo de transição para a independência.

Em suma, o Acordo de Nakuru representou uma tentativa louvável de resgatar a paz e a cooperação entre os movimentos de libertação angolanos num momento crítico da transição para a independência. No entanto, apesar do simbolismo político e da pressão internacional, o compromisso firmado em solo queniano revelou-se insuficiente frente às rivalidades enraizadas, à ausência de confiança mútua e à crescente influência de interesses externos. A retórica pacificadora não foi acompanhada de ações concretas, e o acordo rapidamente perdeu eficácia,

demonstrando que, sem uma verdadeira vontade política e sem um quadro institucional robusto, os apelos à unidade e ao desarmamento não passariam de intenções formais. Assim, o fracasso do Acordo de Nakuru antecipou a escalada irreversível do conflito, abrindo caminho para o colapso definitivo do processo de transição e o início da guerra civil em Angola.

### **Situação Político-Militar e o Fim do Governo de Transição em Angola (Julho a Novembro de 1975)**

Após o regresso da Cimeira de Nakuru, o Governo de Transição promoveu, no início de julho, um evento designado como “Dia da Unidade Nacional”, com o envolvimento do Alto-Comissário da República Portuguesa em Angola, da Comissão Nacional de Defesa e dos departamentos culturais e de propaganda dos movimentos de libertação. O objectivo era acalmar os ânimos e restaurar algum consenso, tendo o acto surtido alguns efeitos práticos temporários.

No entanto, no dia 9 de julho, recomeçaram os confrontos, numa ofensiva que ficou conhecida como a Segunda Batalha de Luanda, liderada pelo MPLA através das FAPLA e das milícias do poder popular, garantindo o controle dos principais pontos estratégicos da capital. No dia 16 de julho, FNLA e MPLA reuniram-se em Luanda com o objetivo de estabelecer um clima de negociação para

resolver os conflitos político-militares que ameaçavam o processo de descolonização apoiado por Portugal. Todavia, as tentativas de acordo fracassaram.

A 25 de julho, o MPLA proclamou a “resistência popular generalizada”, num comunicado do Bureau Político divulgado pela emissora oficial de Angola. A intensificação dos conflitos armados afetava várias localidades, interrompendo a circulação rodoviária e ferroviária e isolando a capital de outras regiões do país.

A crise agravou-se rapidamente. Portugal, sem capacidade de conter o caos, viu-se impotente para conduzir o processo. O Alto-Comissário General Silva Cardoso, incapaz de gerir a situação, pediu demissão a 30 de julho, sendo substituído pelo Almirante Leonel Cardoso, que apenas chegou a Luanda a 30 de agosto.

A escalada da violência entre os três movimentos e a incapacidade de manter o funcionamento do Governo de Transição levaram à retirada em massa da população portuguesa. Segundo a imprensa da época, centenas de viaturas transportavam milhares de portugueses que abandonavam cidades como Sá da Bandeira, Gabela, Benguela, Cubal, Malanje, Ndalatando, entre outras, dirigindo-se para a fronteira com a África do Sul.

Perante esta situação, o Presidente Costa Gomes publicou, a 22 de agosto de 1975, o Decreto-Lei nº 458/A-75, que reconhecia a falência do Acordo de Alvor:

“O Acordo tem sido, desde a sua celebração, objeto de frequentes violações por parte dos movimentos de libertação. [...] Nestas condições, considerando a ausência de facto das suas funções por membros do Colégio Presidencial e do Governo de Transição, o que impossibilita o funcionamento destes órgãos, [...] decreta-se a suspensão da vigência do Acordo de Alvor no que diz respeito aos órgãos do Governo de Angola.” (Decreto nº 458/A-75, de 22 de Agosto de 1975)

O decreto conferia ao Alto-Comissário poderes ampliados, incluindo a nomeação de diretores-gerais para os ministérios, declaração de estado de sítio e publicação de decretos-lei. Enquanto isso, a FNLA, com apoio militar zaireense, prosseguia a sua ofensiva a partir do norte de Angola. Em finais de julho, ocupou Caxito, ficando a poucos quilómetros de Luanda, após ter derrotado militarmente a UNITA no Uíge e no Zaire. Já em agosto, o MPLA lançou uma contraofensiva a partir de Luanda, desalojando a UNITA do Moxico, que teve de recuar para o planalto central.

Nesse contexto, a faixa costeira entre Luanda e Benguela permaneceu sob controle do MPLA, enquanto a guerra se alastrava por todo o país. O domínio da capital, antes do dia 11 de novembro de 1975, tornava-se uma

prioridade estratégica para os três movimentos.

Em Portugal, crescia a convicção de que não seria possível alcançar harmonia entre os três movimentos de libertação, principalmente devido aos interesses externos, como o envolvimento do Zaire em apoio à FNLA. Como alternativa, tentou-se promover um entendimento entre o MPLA e a UNITA. Com esse objectivo, realizou-se, em agosto de 1975, um encontro entre ambos os movimentos em Lisboa, que terminou sem qualquer acordo, pois a UNITA recusou-se a aceitar os termos propostos.

A 8 de setembro de 1975, segundo o Jornal de Angola, foi criado em Luanda o Governo de Reconstituição de Angola, liderado pelo Comodoro Leonel Cardoso. A cerimónia contou com elementos do extinto Governo de Transição, embora a maioria dos seus membros fosse próxima do MPLA. No seu discurso, o Comodoro apelou à disciplina e ao trabalho, tentando restaurar alguma ordem institucional. Contudo, a internacionalização do conflito em Angola agravava-se. Em outubro, a intervenção externa já não se limitava ao envio de armas ou conselheiros. Tropas estrangeiras entraram em Angola de forma maciça:

“Entrou em Angola uma coluna constituída maioritariamente por tropas regulares sul-africanas, provenientes do Sudoeste Africano [Namíbia], altamente móveis, dispendo de uma logística sólida e

equipada com tecnologia superior ao que os movimentos haviam conseguido até então, e que derrubou o exército do MPLA.” (Heimer, 1980, p. 82)

Essa ofensiva sul-africana alcançou o Lobito em novembro, permitindo à UNITA recuperar territórios a oeste e sul do Huambo. Simultaneamente, a FNLA lançava ofensivas sobre as periferias de Luanda. No entanto, o MPLA reagiu rapidamente. Após vitórias em julho, lançou uma ampla ofensiva, conquistando onze dos dezasseis distritos existentes na época:

“Mercê do domínio dos principais portos, com exceção de Luanda (onde a autoridade portuguesa, apesar de tudo, ainda se exercia), e de aeroportos, durante os meses de agosto e setembro, e até ao começo de outubro, o MPLA podia fazer desembarques de material militar e de reforços cubanos.” (Tali, 2001, p. 128)

O primeiro contingente cubano desembarcou a 5 de outubro de 1975, no porto de Porto Amboim, província do Kwanza-Sul. Parte foi enviada para Ndalatando e outra para o sul do Kwanza, com o objectivo de travar o avanço inimigo.

“O envolvimento cubano em Angola ganhou amplitude com rapidez, no que os próprios cubanos batizaram como ‘Operação Carlota’, a maior epopeia militar alguma vez realizada por Cuba em África.” (Tali, 2001, p. 130)

Paralelamente, os Estados Unidos, através da CIA, coordenavam uma ofensiva com o nome de código ‘Zulu’, em cooperação com a África do Sul. A coluna penetrava mais de 800 km em território angolano, em direção a Luanda. Segundo George Wright:

“FNLA, forças zairenses e mercenários, equipados com armas americanas, marchavam em direção ao sul. A aliança sul-africana/zairense/FNLA/UNITA estava convencida de que seria capaz de tomar Luanda antes de 11 de novembro de 1975.” (Wright, p. 136)

Outro factor a destacar na internacionalização do conflito foi a presença dos gendarmes catangueses, exilados após o fracasso da secessão do Katanga (actual Shaba). Estes combatentes tinham-se refugiado em Angola e foram integrados pelas forças coloniais portuguesas na luta contra os movimentos de libertação. A batalha decisiva travou-se a

10 de novembro, nos arredores de Kifangondo, a cerca de 20 km de Luanda. Numa ofensiva final, as forças conjuntas das FAPLA e dos contingentes cubanos derrotaram a FNLA e os seus aliados:

“A conquista de Luanda pelas forças coligadas na operação ‘Iafeature’ parecia inevitável. [...] Mas foi suficiente a resistência em Benguela para retardar o avanço sul-africano, o que viria a revelar-se de transcendente significado.” (Correia, 1991, p. 166)

O contra-ataque decisivo ocorreu no próprio dia 11 de novembro de 1975, já com apoio adicional de contingentes cubanos vindos do Congo, imediatamente após a proclamação da independência. A vitória em Kifangondo selou o domínio do MPLA sobre Luanda e comprometeu em definitivo as ambições da FNLA e da UNITA.

## **A Proclamação da Independência e a Tomada de Posse do Primeiro Governo de Angola**

Na tarde de 10 de novembro de 1975, assinalava-se o fim da soberania portuguesa em Angola. A bandeira nacional foi simbolicamente arreada no Palácio do Governo

e na Fortaleza de São Miguel, encerrando um ciclo de quase cinco séculos de domínio colonial. O Almirante Leonel Cardoso, último Alto-Comissário da República Portuguesa em Angola, foi o responsável por proclamar o fim da administração portuguesa numa cerimónia no salão nobre do Palácio do Governo, na presença dos seus colaboradores directos, de alguns membros do extinto Governo de Transição e de jornalistas nacionais e estrangeiros.

Nos jardins traseiros do Palácio, concentrava-se um destacamento do Agrupamento Blindado sob o comando do Major Moreira Dias, que escoltou o Alto-Comissário e a sua comitiva até à Fortaleza de São Miguel, onde se realizou o arriar solene da bandeira portuguesa. Em seguida, deslocaram-se até à base naval situada na ilha de Luanda, onde embarcaram por volta das 16 horas, iniciando assim a retirada final das autoridades portuguesas.

“À meia-noite de 10 para 11, o Alto-Comissário, os seus colaboradores e os últimos contingentes militares portugueses arriavam pela última vez a bandeira portuguesa e deixavam Angola, embarcando na base naval de Luanda. Cessava a soberania portuguesa e nascia um novo Estado independente, numa drástica incerteza sobre qual seria a situação militar ao amanhecer seguinte” (Correia, 1991, p. 172).

O MPLA, vitorioso nas batalhas em Luanda, em particular na decisiva batalha de Kifangondo, ficou com o controlo total da capital, sem oposição organizada. Dada esta supremacia militar e política, o movimento estava em posição de proclamar, conforme o previsto no Acordo de Alvor, a independência nacional. No entanto, a 11 de novembro, a cidade de Luanda permanecia praticamente cercada: a norte, na margem direita do rio Bengo, posicionavam-se forças da FNLA e aliados; a sul, na margem esquerda do Kwanza, operavam forças da UNITA.

“Às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, a bandeira da República Popular de Angola sobe no mastro com elementos sobreviventes do 4 de Fevereiro de 1961 a prestar guarda de honra e sob o olhar de todos os luandenses que conseguiam ver mesmo de longe, é proclamada a independência de Angola. ‘Em nome do povo angolano, o Comité Central do MPLA proclama solenemente, perante a África e o mundo, a independência de Angola’” (Tavares, 1975, p. 7).

Simultaneamente, outras proclamações ocorreram em território angolano, feitas pelos movimentos rivais do MPLA. Segundo Rocha (2002), a FNLA e a UNITA

também anunciaram a independência de Angola, cada uma de forma separada e em locais distintos:

“Em Nova Lisboa, no estádio municipal de futebol, Jonas Savimbi promoveu uma cerimónia com alguma imponência, com crianças cantando o hino português e, ao mesmo tempo que era arriada a bandeira portuguesa, subia no mastro a da UNITA. Esta cerimónia serviu para proclamar a independência de Angola. No Ambriz (Bengo), Holden Roberto, líder da FNLA, em cerimónia de contornos desconhecidos, proclama a ‘sua’ independência de Angola” (Tavares, 1975, p. 7).

Na véspera da independência, Portugal assumiu formalmente uma posição de neutralidade, declarando não reconhecer nenhum dos governos proclamados em Angola. Ainda assim, o governo instalado em Luanda, sob liderança do MPLA, foi rapidamente reconhecido por diversos países. O Brasil foi o primeiro a reconhecer oficialmente a independência proclamada pelo MPLA, ao passo que o “governo” proclamado pela UNITA no Huambo não obteve qualquer reconhecimento internacional. Portugal, por sua vez, apenas reconheceria a República Popular de Angola no dia 23 de fevereiro de 1976. No dia seguinte à proclamação da independência, a 12 de novembro de 1975, teve lugar a

cerimónia de tomada de posse do primeiro Presidente da República Popular de Angola. Segundo o Jornal de Angola:

“Foi Lúcio Lara quem empossou o Dr. Agostinho Neto como primeiro Presidente da República Popular de Angola, em nome do Comité Central do MPLA. O então presidente do MPLA fez o seu juramento e declarou: ‘Perante o Comité Central do MPLA, perante a memória dos patriotas tombados na luta de libertação nacional, perante o povo e em particular daqueles que perderam os seus filhos nas diversas batalhas, impedindo o inimigo de destruir as conquistas já obtidas. Juro respeitar e fazer cumprir a lei constitucional e as leis que regerão o país independente. Juro defender com todas as minhas forças a independência, a soberania e a unidade da nação e a integridade do seu solo pátrio. Juro continuar a luta pela realização do programa do MPLA, no sentido de satisfazer as legítimas aspirações do nosso povo, em particular das camadas mais exploradas’” (Jornal de Angola, 13 de novembro de 1975, p. 2).

O novo governo foi igualmente nomeado,

constituído por figuras centrais do MPLA e liderado por Agostinho Neto como Presidente da República. O elenco governativo incluía:

“Lopo do Nascimento como Primeiro-Ministro; Eng. Eduardo dos Santos como Ministro das Relações Exteriores; Iko Carreira na Defesa; Nito Alves na Administração Interna; Aires Machado no Trabalho; Mário Almeida na Saúde; António Jacinto na Educação e Cultura; Diógenes Boavida no Saneamento; Carlos Rocha no Comércio; Lopes Teixeira na Indústria; Carlos Fernandes na Agricultura; Víctor de Carvalho nas Pescas; Saydi Mingas nas Finanças; e Alberto Ribeiro na Comunicação” (Jornal de Angola, 13 de novembro de 1975, p. 2).

A proclamação da independência de Angola, embora marcada por divisões internas e pela ausência de um consenso nacional, representou um marco histórico na luta de libertação africana. O domínio do MPLA sobre Luanda e a rápida obtenção de reconhecimento internacional garantiram a legitimidade inicial do novo Estado. No entanto, o surgimento de governos rivais e a intensificação do conflito armado revelaram que o caminho para a construção de uma Angola unida e estável seria longo

e profundamente desafiante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

ACCORDO DE ALVOR

A análise do Acordo de Alvor permite compreender não apenas os limites de um processo de descolonização condicionado por factores internos e externos, mas também a forma como a transição para a independência angolana foi marcada por tensões estruturais, rivalidades políticas e interferências internacionais. Embora o acordo tenha representado, formalmente, um avanço diplomático ao reconhecer os movimentos de libertação como interlocutores legítimos e ao estabelecer um roteiro para a transferência do poder, revelou-se, na prática, incapaz de criar as bases de um consenso político duradouro.

A fragilidade das relações entre os movimentos de libertação — MPLA, FNLA e UNITA — era evidente mesmo antes das negociações com Portugal. As divergências ideológicas, étnicas e estratégicas tornaram-se mais salientes no momento em que cada movimento vislumbrava a possibilidade real de exercer o poder. A assinatura do Acordo de Alvor foi, nesse sentido, menos o resultado de uma convergência programática entre os atores internos e mais uma resposta pragmática à pressão internacional e à urgência da descolonização imposta pelas mudanças em curso em Portugal após a Revolução de Abril de 1974.

O Governo de Transição, concebido como um espaço de cooperação entre os três movimentos, falhou na sua missão principal: garantir um ambiente político estável para a preparação das eleições e a instalação de um governo democrático e inclusivo. Cada partido, dentro do governo,

atuava como representante exclusivo dos seus interesses político-partidários, o que impedia o funcionamento eficaz do executivo conjunto e acentuava as tensões entre as partes. As instituições previstas pelo Acordo tornaram-se rapidamente disfuncionais e a violência política alastrou, sobretudo em Luanda, tornando inviável qualquer entendimento.

O fracasso das tentativas de reconciliação, como a Cimeira de Nakuru, somado à rápida deterioração da segurança no país, revelou o colapso irreversível do processo de transição delineado em Alvor. Com o agravamento do conflito armado e a crescente ingerência de potências estrangeiras, a disputa pela legitimidade da independência transformou-se numa guerra aberta. O MPLA, por força da sua presença militar consolidada na capital e do apoio externo que mobilizou, assumiu unilateralmente a proclamação da independência, estabelecendo-se como o governo soberano de Angola.

Este desfecho evidencia não apenas a fragilidade do Acordo de Alvor, mas também a ausência de uma mediação internacional eficaz. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização da Unidade Africana (OUA) foram praticamente marginalizadas no processo, deixando um vazio de legitimidade externa e impedindo uma supervisão neutra das eleições e da aplicação dos dispositivos do acordo. Esta lacuna foi instrumentalizada pelos diferentes movimentos, que disputavam no terreno — com armas e

alianças — o monopólio do poder.

É relevante destacar que o processo de descolonização de Angola foi singularmente complexo entre todas as ex-colónias portuguesas. Ao contrário de outros contextos em que a independência foi alcançada mediante acordos mais ou menos estáveis, o caso angolano caracterizou-se por uma profunda internacionalização dos conflitos internos. As rivalidades entre os movimentos foram rapidamente exploradas por potências estrangeiras, que, em plena Guerra Fria, instrumentalizaram os actores locais como peças de uma disputa ideológica global, agravando ainda mais as dinâmicas do conflito.

A análise histórica deste processo permite entender que a independência de Angola não resultou de um pacto nacional entre forças reconciliadas, mas de uma vitória parcial num cenário de guerra. A construção do Estado angolano nas décadas seguintes teve, portanto, como herança fundacional um campo político fragmentado, um tecido social marcado por deslocamentos e violência, e uma estrutura institucional nascida sob o signo da exclusão.

Este estudo não pretende encerrar o debate sobre o Acordo de Alvor e os eventos de 1974-1975, mas contribuir para uma leitura crítica e documentada de um período central na história contemporânea de Angola. A complexidade dos processos envolvidos convida a investigações futuras mais aprofundadas, que integrem múltiplas vozes, memórias e fontes, permitindo uma reconstrução mais plural e crítica

do caminho angolano para a soberania. A história desse período, ainda viva na memória coletiva, exige investigação constante, rigorosa e multidisciplinar.

# REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ACCORDO DE ALVOR

Agualusa, J. (1996). História de um movimento. Lisboa: Editorial Caminho.

Almeida, Eugénio da Costa. (2011). Angola: Potência Regional em Emergência. Edições Colibri, Lisboa.

Almeida, João Marques de; Ramos, Rui. (2008). Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX. Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.

Andrade, M. P. (1997). Arquivos do nacionalismo angolano. Luanda: Edições autora.

ANGONOTÍCIAS. (2014, junho 2). Início da Luta Armada de Libertação Nacional foi há 49 anos.

Boniface, P. (2011). Geopolítica das emoções: Como as culturas do medo, da humilhação e da esperança estão redesenhando o mundo. Lisboa: Texto Editores.

Capoco, Z. (2012). Nacionalismo e Construção do Estado – Angola (1945–1975). Escolar Editora, Lobito

Chéron, A., & Filomena, M. (2008). História de Angola: Da origem ao início do século XXI. Lisboa: Edições Colibri.

Correia, P. (1991). A descolonização de Angola: A joia da coroa do império português. Luanda: Ler e Escrever.

Couto, J. (2007). 25 de Abril – A Revolução dos Cravos

(Vol. 1). Lisboa: Instituto Camões.

Cristóvão, A. (2003). Angola: Etnias e Nações. Moscovo: Edição do autor.

Fernando, E. (2012). Jonas Savimbi – No lado errado da História. Alfragide: Dom Quixote.

Ferreira, J. M. (1994). Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de Abril: O período pré-constitucional. Lisboa: Afrontamento.

Filho, J. M.C. (2019). Influências Ideológicas dos movimentos de Libertação Nacional no eclodir da guerra civil em Angola. Luanda: Eco7.

Filho, J. M.C. (2025). Divisões e tentativas de unificação: a trajectória dos movimentos de libertação de Angola (1950-1975). Luanda: Atendimentos.

Filomena, C. L., & Chéron, C. (2008). A luta pela libertação colonial e a guerra civil em Angola. III Seminário Internacional Organizações e Sociedade – PUCRS. Recuperado de <http://www.pucrs.br/eventos/sios/download/gt4/oi-filomena-cheron.pdf>

Guedes, A. Marques, As Constantes Emergentes e a Atipicidade das Linhas de Força na Política Externa de Angola, in: PAVIA, José Francisco (2011), A Política Externa de Angola no novo Contexto Internacional.

Quid Juris, Lisboa. Bender, G. J. (2004). Angola sob domínio português: Mito ou realidade. Luanda: Editorial Nzila.

Heimer, B. (1980). Movimentos anticoloniais em África. Paris: Éditions Karthala.

Heimer, F.-W. (1980). O processo de descolonização em Angola (1974–1976). Lisboa: CEDEP / A Regra do Jogo.

Júnior, M. (2011), O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975), Mayamba, Luanda.

Lara, L. (1997). Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através dos documentos e anotações. Luanda: Lito Tipo.

Lara, L. (2006). Marxismo e estratégia do MPLA. Revista Africana, 12(3), 165–185.

Lara, L. (2008). Discursos e documentos do MPLA. Luanda: Edições do Autor.

Lopes, M.. (1991). A Problemática dos Conflitos Regionais. Editorial Império, Lisboa.

Mabeko -Tali, J. (2001). Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977). Ensaio de História Política. Vol.1 (1962-1974). Luanda: Editorial Nzila.

Marques, A. (2013). Segredos da Descolonização de Angola: Toda a verdade sobre o maior tabu da presença portuguesa em África. Don Quixote.

Mattoso, J. (1985). História de Portugal: Portugal em transe (1974–1985). Lisboa: Editorial Estampa.

Mbah, Jean Martial Arsène. (2010). As Rivalidades Políticas entre a FNLA e o MPLA (1961–1975). Mayamba, Luanda, pp. 193–295.

Medina, M. C. (2003). Angola: Processo político da luta pela independência. Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

Melo, J. de. (1992.). Os anos de guerra (1961–1975): Os portugueses em África – Crónica, ficção e história (2ª ed.). Luanda: Dom Quixote.

Melo, R. (1988). Origens do MPLA. Luanda: Articuladora.

Milhazes, J.(2014). Angola, O princípio do Fim da União Soviética. Lisboa : 2.ª Edição, Veja.

Muekale, Jardo (2010). Angola, segunda Revolução - memórias da Luta pela Democracia, Lisboa, Sextante.

Nunes, C. (1998). O MPLA e a luta nacional. Porto: Edições Afrontamento.

Pélissier, R., & Wheeler, D. (2009). História de Angola revisitada. Lisboa: Tinta-daChina.

Reis, J. (2010). Estrutura do MPLA e conflitos internos. São Paulo: Editora UNESP.

Rocha, E. (2011). MPLA: Mito e história. Brasília: Editora UNB.

Rocha, J. M. (2001.). A descolonização: 24 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975 – Os mensageiros da guerra. Portugal: Grafibraga.

Sá, T. Moreira de (2011) O «Amigo Inconveniente». Os Estados Unidos, A África do Sul e a descolonização de Angola, in JÚNIOR, Miguel (2011), O Fracasso da Operação Savannah (Angola 1975). Mayamba: Luanda.

Sakala, A. (2006). Memórias de um Guerrilheiro. 3ª Edição. Lisboa: Dom Quixote,

Santos, M. A. (1975). Angola: Contribuição para a história do nacionalismo. Lisboa: Editorial Inquérito.

Savimbi, J. (1979). Angola, a resistência em busca de uma Nação. Lisboa: Edições APR.

Silva, S. (2012). A intervenção cubana em Angola revisitada. ResPublica. In Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais nº 12. Lisboa.

Silva, S. (2013). Comunicado Oficial sobre a Suspensão dos Acordos de Alvor.

Silva, S. Vieira da. (2013). Política e Poder na África Austral (1974–1989). Escolar Editora, Lisboa.

Souza, A. I., & Ramos, A. (2011). Guerra civil e o desenvolvimento económico em Angola. Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás, 7(2), 5–6. Recuperado de <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/432/34>

Souza, L. F., & Ramos, J. P. (2011). Angola e a luta de libertação nacional: Estratégias políticas e alianças internacionais (1950–1975). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Stockwell, J. (1979). CIA contra Angola. Lisboa: Editorial Ulmeiro.

Tali, J.-M. M. (2001). Dissidência e poder de Estado: O MPLA perante si mesmo (1962–1977) (Vols. I–II). Luanda: Editorial Nzila.

Valentin, Jorge (2010). Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional – de Gbadolite a Bicesse - (1989-1992), 2.<sup>a</sup> edição revista, Luanda: Mayamba.

Wheeler, D., & Pélissier, R. (2011). Angola. Lisboa: Livros

Horizonte.

Wheeler, D., & Pélissier, R. (2011). História de Angola. Luanda: Tinta-da-China.

Wright, G. (s.d.). A destruição de um país: A política dos EUA para Angola desde 1945. Luanda: Editorial Nzila.

## **SÉRIES**

CDIH (Centro de Documentação e Investigação Histórica), (2008), História do MPLA, 2ª volumes, Luanda: Publicação do MPLA,.

Centro de Estudos Estratégicos de Angola CEEA. (2006). A Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África. Luanda: Nzila.

EME. (1988). Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974). Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 1º volume, Enquadramento Geral. Lisboa: Estado Maior do Exército.

EME. (1998). Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África. Comissão para o Estudo das Campanhas de África. 6º Volume, Tomo I – Angola. Lisboa: Estado Maior do Exército.

EME. (2006). Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África. Comissão para o Estudo das Campanhas de

África. 6º Volume, Tomo II – Angola. Lisboa: Estado Maior do Exército.

## **TESES e DISSERTAÇÕES**

Capoco, Z. (2013). O Nacionalismo e o Estado: Um estudo sobre a História Política de Angola (1961 – 1991). (Tese Doutorado). Lisboa: Universidade Católica.

Carvalho. L. (2009). O movimento dos capitães, o MFA e o 25 de Abril: do Marcelismo à queda do Estado Novo. (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade Lusófona.

Filho, J.M.C (2010). O perfil ideológico dos Movimentos de libertação Nacional como fator determinante no desencadear da guerra civil em Angola. (Dissertação de Mestrado) Lisboa: Universidade Évora.

Filho, J.M.C (2017). Os movimentos de libertação nacional: formação e desenvolvimento (décadas dos anos 50 - 70 do século XX). (Dissertação de Mestrado) Luanda: ISCED - Luanda.

Garcia, P. (2001). Análise Global de uma guerra – Moçambique 1964-1974. (Tese Doutorado) Lisboa: Universidade Portucalense

Neves, A. (2011). Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica em Angola (1989 – 2002). (Tese Doutorado). Lisboa: Universidade Lusófona.

Peres, F. (2010). A Revolta Activa - Os conflitos identitários no contexto de luta de Libertação Nacional. (Tese Doutoramento). Lisboa: Universidade Portucalense.

Reis, F. (2010). Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996) A configuração do campo político angolano. Contributo para o estudo das relações raciais em Angola. (Tese Doutoramento). Lisboa: Universitário de Lisboa.

Silva, A (2010). A origem e Intervenção do MPLA na luta de Libertação Nacional (1961 – 1975). (Dissertação de Mestrado) Lisboa: Academia Militar de Portugal.

Velez, R. (2010). Salazar e Tchombé – O apoio de Portugal ao Catanga (1961 – 1967). Dissertação de Mestrado) Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

# Agradecimentos



Este livro não nasceu apenas das nossas mãos, mas do carinho, da paciência e da força de muitas pessoas que caminharam connosco.

Agradecemos primeiramente a Deus, depois a nossas famílias (de modo especial a Ayanna, Eufrázio Júnior e Kiary) que sempre acreditaram no nosso trabalho, mesmo quando duvidamos de nós mesmo.

Aos amigos que ouviram, apoiaram e lembraram-nos de seguir adiante, mesmo nos dias mais difíceis.

Aos mestres e leitores, que nos inspiraram com suas palavras e nos ensinaram que escrever é também um acto de partilha.

Dedicamos cada página àqueles que acreditam no poder das Histórias e no valor da perseverança.

Muito obrigado

---

Este livro analisa o Acordo de Alvor como marco decisivo da descolonização de Angola, ressaltando tanto seus avanços quanto suas fragilidades. Contextualiza a Revolução dos Cravos em Portugal e as pressões internacionais que aceleraram o fim da presença colonial, ao mesmo tempo em que expõe as rivalidades entre MPLA, FNLA e UNITA, mais voltadas para a conquista individual do poder do que para a construção de um projeto político comum. O acordo, que previa cessar-fogo, governo de transição e eleições, mostrou-se frágil e rapidamente entrou em colapso, levando à escalada de confrontos armados. A obra destaca a falha da Cimeira de Nakuru, a ausência de mediação internacional efetiva e a proclamação unilateral da independência pelo MPLA em 11 de novembro de 1975 como desfecho inevitável. Conclui que o Acordo de Alvor, embora simbólico, não consolidou bases sólidas para o novo Estado, marcado desde a origem por exclusão, violência e guerra civil. Mais do que um estudo conclusivo, este livro propõe-se a ampliar o debate historiográfico sobre o fim do colonialismo português em África e a incentivar novas pesquisas críticas sobre o processo angolano.

---

